

Biblioteca Rio Grandense

DOCUMENTOS

SÓBRE A

Colônia Do Sacramento

Código n.º 467 do Fundo
Geral Secção de Reserva-
dos, da Biblioteca Nacio-
nal de Lisboa

Cópia feita em 1938 por
Artur Motta Alves
para a
Biblioteca Rio Grandense

(Separata do n.º 99 da Revista do Inst. Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Sul)

1945
ORIGINAL GRAFICA DA IMPRENSA OFFICIAL
Plano Alentejo

BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE

DEVASSA

sobre a entrega da

Villa do Rio Grande

da

TROPAS CASTELHANAS

1764



RIO GRANDE
1937

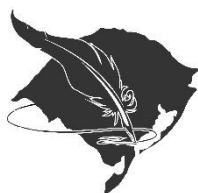
Histórias da época colonial nas edições da Biblioteca Rio-Grandense

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
ANSELMO ALVES NEETZOW**

160



Histórias da época colonial nas edições da Biblioteca Rio- Grandense



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Anselmo Alves Neetzow

Histórias da época colonial nas edições da Biblioteca Rio- Grandense



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Histórias da época colonial nas edições da Biblioteca Rio-Grandense
- Autores: Francisco das Neves Alves e Anselmo Alves Neetzow
- Coleção Rio-Grandense, 160
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-147-7

CAPA: *Livros Documentos sobre a Colônia do Sacramento e Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas*

SUMÁRIO

A Expansão Lusa no Prata e a Colônia do Sacramento e o Acervo da Biblioteca Rio-Grandense / 11

Anselmo Alves Neetzow

A invasão espanhola e a *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas* editada pela Biblioteca Rio-Grandense / 49

Francisco das Neves Alves

A Expansão Lusa no Prata e a Colônia do Sacramento e o Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Anselmo Alves Neetzow*

1. Introdução

A história da Colônia do Sacramento está diretamente relacionada à formação das fronteiras meridionais da América portuguesa e aos conflitos entre Portugal e Espanha pelo controle do espaço platino. Fundada em janeiro de 1680 por determinação do príncipe regente D. Pedro e sob o comando do governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, a nova povoação portuguesa foi estabelecida na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires. Sua posição geográfica fazia dela um empreendimento de grande importância estratégica, mas também um foco permanente de tensão entre as duas monarquias ibéricas.

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra. Professor dos Cursos de História da Universidade Federal do Rio Grande.

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória histórica da Colônia do Sacramento desde sua fundação, em 1680, até o ano de 1736. O estudo concentra-se nos principais acontecimentos políticos, militares, econômicos e sociais que marcaram a formação e a transformação da povoação. O ano de 1736 é particularmente importante porque Sacramento encontrava-se então no centro de um grande conflito militar iniciado no ano anterior.

Para tanto, fez-se necessário dividir em três momentos distintos, são eles: 1) Reconhecimento do sul da América do Sul, sobretudo a região da bacia do Rio da Prata; 2) As disputas entre as metrópoles coloniais, nomeadamente, Portugal e Espanha entre os XVI e XVIII e 3) A inserção da Colônia do Sacramento e a Biblioteca Rio-Grandense.

2. A América do Sul Austral

Concentrando as observações do relevo na região austral sul-americana notam-se os seguintes elementos geográficos: o Chaco, o Pampa e a Planície Costeira do Atlântico. O Chaco, por sua vez, possui uma superfície muito plana. Os rios que por ali correm têm cursos muito sinuosos e muito ramificados tornando-se muito lentos formando, desta forma, zonas pantanosas. O Pampa apresenta um declive suave, porém, bastante irregular, com concavidades e colinas umas vezes mais elevadas e outras menos. O Pampa não é homogêneo ocasionando o chamado Pampa Ondulado que possui suave ondulação, diferentemente das barrancas e dos

terraços fluviais e das baixadas. Há também, o Pampa Deprimido com inundações perpétuas e, por fim, o Pampa Elevado com algumas lagunas com a água salobra com salitre em grau elevado. A terceira característica de relevo é a Planície Costeira do Atlântico que, como o nome indica, ocupa parte da costa do Oceano Atlântico, sendo essa de menor altitude, por se encontrar quase toda ao nível do mar. Contudo, indicamos a presença da Planície Deltica sendo essa uma parcela da Costeira. Ela possui uma extensão de aproximadamente 14.000 km² e trata-se de um constante depósito de sedimentos do rio Paraná na sua afluência com o Rio da Prata e, com isso, constituiu a origem das ilhas fluviais ali existentes. Por estar inserido no processo de deltificação, tais ilhas estão em constante mudança na sua morfologia e na sua extensão. O solo arenoso das planícies, aqui referidas, é composto pela desagregação das rochas afloradas de baixa altitude, logo, de difícil aproveitamento agrícola. Nas fronteiras com o Brasil, afloram rochas muito duras, de coloração esbranquiçadas e de difícil trabalho, além de montículos com rochas igualmente duras, porém, de cor amarela e azul e, por fim, grandes lajes de basalto também se fazem presentes.

Por fim, o espaço platino possui uma característica que salta aos olhos do observador, pois tanto o Chaco, quanto o Pampa ou a Planície Costeira têm a predominância de planícies, evidentemente, sem ignorar as particularidades locais. Entretanto, para a construção histórica de uma identidade comum daqueles que habitam a região tais elementos serão homogeneizantes. Por esta razão, a paisagem ampla, com um solo difícil de ser trabalhado propicia o

desenvolvimento da pecuária como atividade principal, ficando a agricultura em segundo plano. Evidentemente, que tais atitudes estão diretamente relacionadas as ações realizadas no período colonial.

3. A Importância Estratégica do Rio da Prata e a sua Disputa pelos Países Ibéricos

A importância da região platina para os países ibéricos em plena expansão foi diferente, como não podia deixar de ser, modificando-se com o decorrer do processo. Isto aconteceu devido ao conhecimento do mundo que foi ampliando-se conforme as navegações iam avançando em direção daquilo que ainda era desconhecido. Ao analisarmos as primeiras viagens dirigidas ao Prata, vemos que existem três distintos momentos que fizeram com que as estratégias da expansão fossem modificando-se. Em um primeiro momento, as navegações estavam relacionadas com a exploração e reconhecimento da costa, e do interior, da América do Sul. Neste início, onde as terras ainda eram bastante desconhecidas, houve, por parte das coroas ibéricas, uma verdadeira corrida a este espaço, em virtude de muitas notícias (algumas fantasiosas) que foram surgindo na Europa. Um outro ponto relevante neste primeiro período tem a ver com o fato de que as políticas utilizadas pelos governantes não eram muito claras, levando-nos a crer que houve ações de caráter sigiloso, ou então, de cunho não previsto nas ordenações reais.

O segundo momento está diretamente relacionado com o interesse de buscar mais uma

alternativa para se chegar ao Oceano Pacífico. Como é do conhecimento geral, Vasco Nuñez Balboa, no ano de 1513, chegou ao Pacífico, atravessando o istmo que liga as duas Américas¹. Esta notícia causou na Europa verdadeiro furor, pois a ideia de se chegar a este oceano, utilizando uma rota distinta da conhecida, desde a navegação de Vasco da Gama, começou a ficar cada vez mais presente. Por isto é que Solis e Pinzón tiveram a missão de navegar para a parte austral da América do Sul para alcançar o propósito referido. Porém, como é de senso comum, o objetivo de se chegar ao Oceano Pacífico seguindo pelo extremo sul do continente americano foi alcançado por Fernão de Magalhães, no ano de 1520, que acabou por ligar o seu nome ao estreito que liga os dois oceanos. Contudo, Solis, por sua vez, acabou por não cumprir a missão, mas encontrou um importante curso de água com boas condições de navegação que possibilitava a entrada pelo interior austral do Novo Mundo.

Com isto, a partir da descoberta de Solis é que se iniciou uma nova fase (a terceira como enumerado anteriormente), no processo do conhecimento da importância estratégica da região platina. Conforme será melhor explicado no próximo capítulo, já que este, por sua vez, trata das navegações em direção ao Prata, vemos que este rio recebeu diferentes designações, desde o nome de seu descobridor, passando por nomes bíblicos ou o nome de Santa Maria, até que, por fim, fixou-se a

¹ GUERIN, Miguel Alberto La organización inicial del espacio rioplatense CERVANTES, Alejandro Margariños **Estudios históricos, políticos y sociales sobre el Río de la Plata** Montevideo: s/n, 1963, p. 26.

designação de Rio da Prata. Para se chegar a esta denominação, cabe ressaltar que, desde o início das explorações da América do Sul, teve-se a notícia, na Europa, da existência abundante de prata e que um rei nativo era quem detinha a posse de uma mina. Era o chamado Rei Branco, sobretudo depois do episódio do rapto do imperador Inca Atalhualpa, no ano de 1537², quando da conquista do Peru. Como é sabido, o resgate exigido foi o preenchimento de um aposento de um dos palácios incaicos de ouro e outros dois de prata.

Naturalmente, o olhar atento do conquistador, ao ver a imensa quantidade destes metais preciosos, foi tentar saber onde estavam localizadas as fontes de tantas riquezas, porque esse conhecimento era fulcral para o desenvolvimento da ocupação e tomada de posse do território. Entretanto, no ano de 1545, foi descoberta a jazida de Potosi, cuja exploração mais sistemática se dará décadas mais tarde. No entanto, Francisco Pizarro (governador do Peru) e Domingo Martinez de Irala (governador do Rio da Prata) acabaram por convergir para um mesmo ponto na busca da prata. Desta convergência podemos chegar à conclusão de que a bacia do Rio da Prata era um importante meio de acesso, e também de escoamento para a Europa deste metal precioso. Compreende-se, assim, que o controle da navegação e das terras adjacentes do Rio da Prata tenham sido muito disputadas pelas coroas ibéricas.

² Ver BANDEIRA, Raymundo Carlos **História da América** São Paulo: Atual, 1986; VAZQUEZ, Gernán y DIAZ, Nelson Martinez **Historia de la América Latina** Madrid: Ediproyectos Europeos, 1990 e BETHEL, Leslie **América Latina Colonial** São Paulo: EDUSP, 1997.

4. As Disputas Ibéricas e a Cartografia a Serviço da Política

O império romano, quando da sua expansão, foi o responsável pelo conhecimento dos territórios mais amplos e distantes de que se teve notícia no mundo ocidental daquele tempo. O grande mar, por eles explorado, era o Mediterrâneo, fazendo com que a sua visão do Mundo correspondesse a menos de 1/3 da sua extensão real e a representação cartográfica obedecia, como não podia deixar de ser, a este parâmetro. Cabe salientar que o desconhecido não era cartografado, ou então, eram acrescentados elementos decorativos ou fantásticos aos mapas. A representação cartográfica vai modificando-se com o passar do tempo. Isto é devido à visão do mundo que vai sendo ampliada, pois *“as viagens marítimas dos portugueses e a partir das concepções medievais do Mediterrâneo, chega-se à construção moderna do Atlântico. A viagem de Bartolomeu Dias faz a ponte entre a visão medieval de lugar e a visão moderna de espaço. E o Atlântico imaginário e truncado (antigo) vai cedendo lugar ao Atlântico real e global (moderno)”*³.

O ponto de partida para este empreendimento português foram os conhecimentos adquiridos anteriormente, conforme já aqui ficou explícito. A título de exemplo, obras relevantes para o conhecimento do mundo já estavam em território lusitano desde tempos bem afastados. O Tratado da Esfera, de Sacrobosco, estava incorporado na biblioteca de D. João I e foi

³ SILVA, José Manuel Azevedo e O tratado de Tordesilhas: Entre o real e o imaginário **Separata da Revista Biblos**, Coimbra, vol. LXX, 1994, pp. 30 e 31.

traduzida para o português no ano de 1509, além de obras como: O Almagesto de Ptolomeu, Rudimenta astronomica de Alfragano, Teoria planetarium de Geraldo de Cremona e o De magnis coniuntionibus de Abu Mazer Omar al Balhi não faltavam nas bibliotecas dos reis, ou então, dos infantes de Avis. Isto significa que os portugueses não estavam isolados, nos séculos XIV e XV, dos conhecimentos geográficos e astronômicos que eram advindos de autores mediterrâneos, árabes ou judeus. Não se deve esquecer que soldados e missionários portugueses estavam presentes nas cortes marroquinas, desde os anos de 1300, além do que, muitos cientistas mouros vinham refugiar-se em Portugal.

Com as inovações das técnicas náuticas, a elaboração da cartografia foi sendo aprimorada, uma vez que ambas estão intimamente relacionadas. Uma entre tantas outras consequências da navegação através dos astros foi a localização dos navios, usando a latitude. Esta, por sua vez, foi transposta para as cartas, permitindo que o navegador estabelecesse a diferença de latitude entre o local onde se achava e o ponto donde tinha partido ou onde tinha a intenção de chegar. Uma simples operação aritmética e a observação dos astros resolvia o problema da localização em mar alto. Luisa Martin Merás adverte que, mesmo que nos mapas Ptolomaicos estejam representadas as latitudes, deve ser posterior a maneira científica de achar tal coordenada geográfica, em pleno oceano, observando os astros com os instrumentos apropriados⁹³. Isto resolvia apenas em parte a questão da localização, já que as distorções ocorridas no traçado do meridiano do acordo de 1494 envolveram circunstâncias técnicas, por um lado, e

políticas por outro, pois, a *“cartografia quinhentista, de forma explícita ou não, reflecte as implicações do Tratado de Tordesilhas, sobretudo ao colocar o Brasil na área de influência portuguesa, pois foi esse o principal efeito do acordo, registrando ainda os direitos dos Portugueses em África e no Oriente, bem como os de Espanha às restantes partes da América”*⁴.

Entre outras, uma das dificuldades na aplicação prática do Tratado era a falta de meios que pudessem medir, de forma rigorosa, a longitude, fazendo com que as cartas sofressem alterações naquilo que viria a ser a realidade. Este obstáculo foi superado somente no ano de 1764, por John Harrison, ao inventar o cronómetro mecânico que é o instrumento fundamental para achar cientificamente a longitude, pois possibilita o rigor necessário para o traçado das linhas longitudinais e a sua correlação com a elaboração dos mapas e com a realidade geográfica. O que não pode ser deixado à margem das análises é que, durante muito tempo, vários estudos foram sendo desenvolvidos por diversos pesquisadores de diferentes países. A exemplo disto, Bartolomeu Velho (cartógrafo português do século XVI) escreveu para o rei francês, pois estava ao serviço deste, um manual com fórmulas matemáticas e estudos astronómicos que possibilitavam calcular a longitude de três formas diferentes. Entretanto, nos três séculos que se seguiram entre o Tratado de Tordesilhas e a invenção mencionada, os pontos considerados estratégicos pelos

⁴ **O Testamento de Adão** V Centenário do Tratado de Tordesilhas, Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, setembro/novembro, 1994, p. 250.

impérios ibéricos estavam constantemente sendo representados conforme os interesses das cabeças reinantes que os disputavam. Como exemplo de pontos estratégicos, constantemente contestados pelas partes envolvidas na partilha do mundo, temos o Rio da Prata no ocidente que acabava levando consigo grande parte da costa do Brasil. Na parte oriental, por sua vez, as Filipinas eram outro dos pontos de maior controvérsia.

Nas cartas lusas dos séculos XVI e XVII *“do Atlântico e das Américas umas assinalam o meridiano divisório, outras não, mas umas e outras mostram que o estuário do Prata é todo ou quase todo pertença de Portugal. O que realmente se pretendia era o direito de navegar neste rio e o alargamento das terras brasileiras”*⁵. Evidentemente que os espanhóis, por sua vez, ao representarem as águas da bacia platina, colocaram-na toda no hemisfério que lhes era de direito, em conformidade com o acordo em 7 de junho de 1494, na vila de Tordesilhas. Destes acontecimentos de caráter técnico e político, o autor José Manuel Azevedo e Silva levanta a importante interrogação: *“Como explicar as técnicas usadas pelos cartógrafos portugueses e espanhóis para conseguirem representar nos respectivos mapas o que lhes interessava, satisfazendo a exigência dos objectivos políticos?”*⁶ Como resposta a esta questão, o mesmo autor diz que *“os cartógrafos lusos, a cobertos da impossibilidade de medir a longitude, para conseguirem alargar as terras brasileiras e incluir as Filipinas nos mapas, desenhavam a costa brasileira menos desviada para sudoeste e a chinesa mais desviada também para sudoeste, donde resultava o encurtamento do*

⁵ SILVA, José Manuel Azevedo e Op. cit., p. 333.

⁶ Idem.

*Atlântico e do Índico (se virmos bem, o «M» do Índico aparece-nos muito apertado); os cartógrafos espanhóis faziam precisamente o oposto, desenhavam a costa brasileira muito mais desviada para sudoeste e a chinesa menos desviada, por forma a alargarem o Atlântico e o «M» do Índico, diminuindo enormemente as terras brasileiras e incluindo as Filipinas nos seus mapas*⁷. A distorção referida pelo autor fica evidente na figura que segue. Trata-se de um trecho da folha número 12 do Atlas feito pelo português Fernão Vaz Dourado, datado de 1571. Está representada, nesta carta, a costa do Brasil desde a desembocadura do Rio Amazonas até o estuário do Rio da Prata. Ao observarmos a imagem, fica claro que, ao norte, desde o Rio Amazonas passando pelo Rio Maranhão até à costa dos atuais estados do Ceará e Rio Grande do Norte é praticamente uma linha reta horizontal, fazendo com que toda a representação já fique deslocada. Em seguida, do sul do atual estado da Bahia até o Rio de Janeiro, a costa desenhada é, praticamente, outra linha reta, agora na vertical. Depois, do Rio de Janeiro em direção ao sul, outras linhas retas quase verticais que são capazes de colocar, não só o Rio da Prata, mas os Rios Uruguai e Paraná com alguns importantes afluentes, todos em território português.

⁷ Ibidem, p. 334.



Para que se possa perceber a construção do espaço platino na imaginação político-cartográfica, vemos no mapa a seguir, de autoria atribuída a Bartolomeu Velho, datado de cerca de 1560, que, apesar de não aparecerem as delimitações dos impérios, mostra outros aspetos que chamam a atenção do observador.

Em primeiro lugar, coloca de forma precisa a localização do Rio da Prata e a extensão com o rio Paraná. Como neste mapa aparece a indicação de alguns rios que compõem a bacia platina, acaba por levar a entender que esta não termina ali, mesmo com a nascente representada a norte do Trópico de Capricórnio, isto porque, o que salta aos olhos do observador, é o Estreito de Magalhães, sendo este o objetivo principal desta carta. Retenha-se que a expressão “Rio da Prata”, em português, está escrita a oeste da bacia platina. Por outro lado, era tacitamente aceite pelos países que a linha imaginária do meridiano de Tordesilhas passava pela foz do Amazonas (alguns cartógrafos espanhóis fazem passar a referida linha pela foz do Maranhão).

A exemplo da carta de Luís Teixeira em que está presente a distorção não só da costa atlântica da América do Sul, mas também, nas duas grandes principais bacias que a compõe, vemos a carta de Pedro Cieza de León datada de 1554, na qual aparece bem vincada a defesa dos interesses espanhóis. O Rio da Prata está ali desenhado de uma forma reduzida, em compensação, o rio Amazonas tem dimensão exagerada e aparece rumado em direção ao sudoeste, apontando à região de Potosí.

Sabe-se que o Amazonas também foi palco de muitas discussões entre as coroas ibéricas, mas o que se quer aqui ressaltar é que, mesmo com esta distorção intencional, ou não, fica claro que, tanto pelo Amazonas, quanto pelo Rio da Prata é possível se chegar à prata que está relativamente perto destes dois rios e, segundo o que está lá representado, ambos pertenciam aos espanhóis.

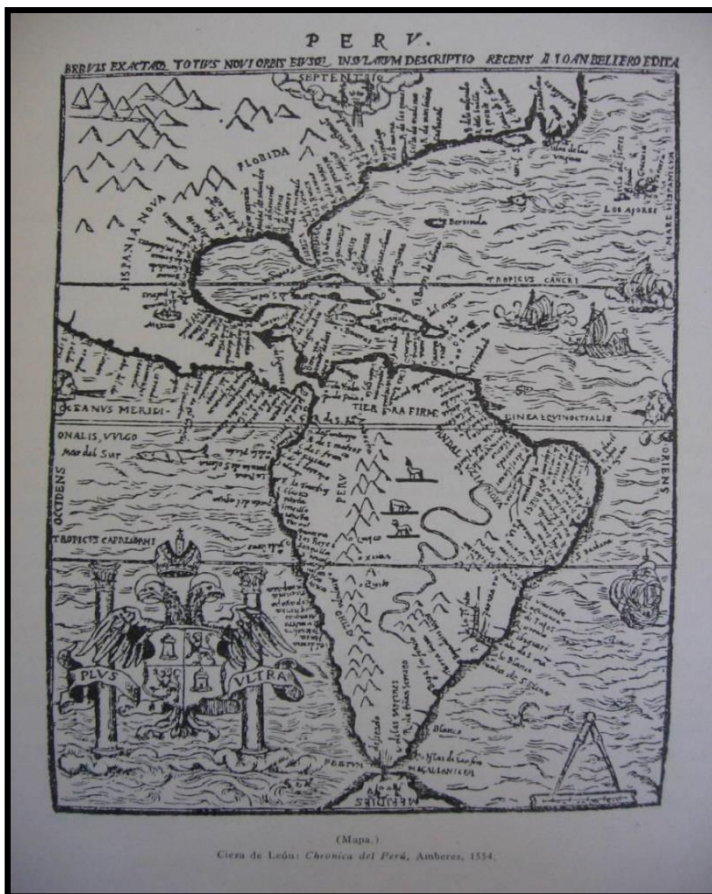


Luís de Teixeira – 1600. Mapa da América do Sul representando a Ilha-Brasil e a bacia platina no hemisfério português

Uma das artimanhas utilizadas, nas cartas geográficas espanholas, para que aquele monarca pudesse apoderar-se de um lote maior nas terras americanas austrais era o traçado do meridiano de Tordesilhas. No mapa de António Herrera, fica evidente o atrás referido, além, como não podia deixar de ser, a distorção da costa. Todavia, os portugueses também se

utilizavam da alteração do desenho da área de terra mais voltada para o Atlântico, como referido anteriormente, o que escusava, muitas vezes, de colocar num mapa o meridiano em questão, pois ficavam evidentes as suas posses nas terras novomundistas.

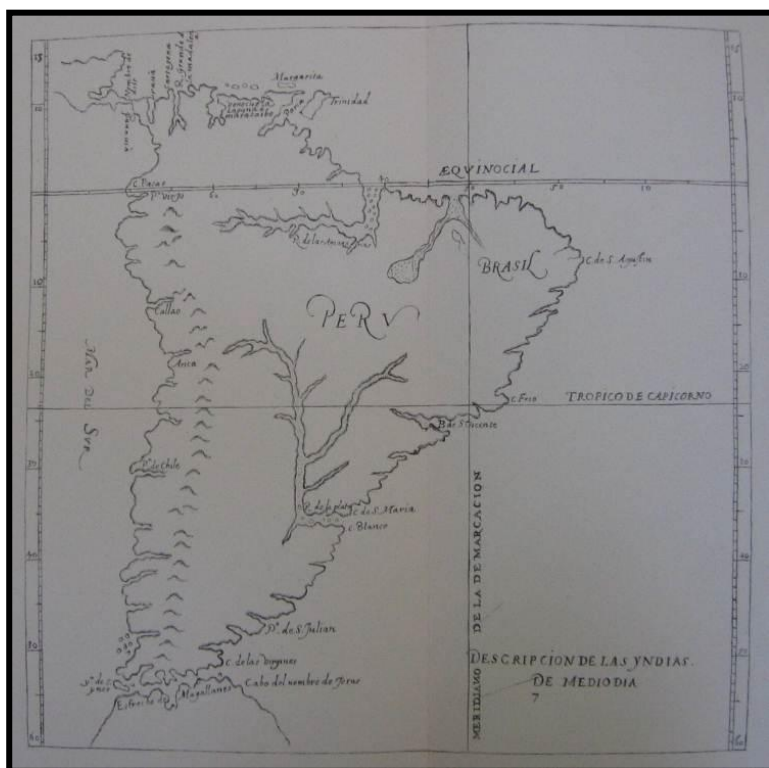
Entretanto, não raras foram as vezes em que os cartógrafos portugueses deixaram representadas, em suas obras, o traçado do Meridiano de Tordesilhas, para marcar suas posses na costa da América do Sul. No momento em que o rei D. João III iniciou o processo de ocupação territorial do Brasil, através das capitanias hereditárias, tornou-se necessário o conhecimento cartográfico. As referidas capitanias, como é do conhecimento geral, preenchiam um vasto território, uma vez que, a largura podia variar entre 20 e 100 léguas no litoral, enquanto o comprimento, ou seja, a projeção do litoral para o interior, tinha como limite a linha do Tratado de Tordesilhas. Para que esta questão ficasse registrada, o cartógrafo Luis Teixeira, em 1574, fez um mapa com tais delimitações e que podem ser observadas.



Cieza de Leon - Chronica del Perú, Amberes, 1554.

Ao observarmos a referida figura, vemos que as capitanias hereditárias possuem os nomes dos seus respectivos capitães. Com isto, ao fitarmos com atenção e minúcia para a região platina, está escrito no mapa que esta pertencia à capitania de Lopo de Sousa. Outra

constatação a que se chega é que toda a desembocadura e a margem oriental do Rio da Prata, até a bifurcação entre os rios Paraguai e Paraná, estão localizadas nas posses lusas da América no Sul, incluindo também, boa parte da atual Argentina, nomeadamente as cidades de Buenos Aires e La Plata e todo o território uruguaio.



Mapa del Médiodia, Herrera, 1601-1615.

Esta disputa territorial através dos desenhos dos mapas não ficou, todavia, restrita aos cartógrafos da Península Ibérica. Como se tratava de um acontecimento à escala mundial, diferentes países europeus entraram nesta que foi, na época em questão, uma grande ruptura e, por sua vez, abertura no conhecimento mundial. Com isto, os interesses económicos entraram em choque e muitas nações em desentendimento. Isto irá se refletir na construção dos mapas. Muitas características da cartografia portuguesa estão representadas em mapas de outras nacionalidades.

Este tipo de ação tomada na construção cartográfica perdurou durante muitos anos e fez com que os erros propositados fossem se tornando mais firmes, reforçando a ideia, já aqui trazida à tona, da sua utilização por interesses políticos.

HISTÓRIAS DA ÉPOCA COLONIAL NAS EDIÇÕES DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE



Mapa das Capitanias Hereditárias de Luis de Teixeira, 1574.

5. A Colônia do Sacramento enquanto Principal Ponto de Disputa das Metrôpoles Ibéricas

A história da Colônia do Sacramento está diretamente relacionada à formação das fronteiras meridionais da América portuguesa e aos conflitos entre Portugal e Espanha pelo controle do espaço platino. Fundada em janeiro de 1680 por determinação do príncipe regente D. Pedro e sob o comando do governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, a nova povoação portuguesa foi estabelecida na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires. Sua posição geográfica fazia dela um empreendimento de grande importância estratégica, mas também um foco permanente de tensão entre as duas monarquias ibéricas.

A fundação ocorreu em um contexto no qual os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas eram objeto de interpretações divergentes e, na prática, eram constantemente ultrapassados pelas iniciativas coloniais de portugueses e espanhóis. Conforme observa Fabrício Prado, a criação de Sacramento representou a *“materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao Prata”*⁸. Entretanto, a importância da Colônia do Sacramento não pode ser compreendida apenas pela perspectiva econômica. O estabelecimento português alterou as relações políticas e militares do espaço platino.

⁸ PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 79, 2003.

Sua presença estimulou a reação do governo de Buenos Aires e das comunidades indígenas vinculadas às missões jesuíticas, além de provocar sucessivas disputas diplomáticas entre as coroas ibéricas. O interesse português possuía, portanto, dimensão territorial e comercial. A instalação de uma fortificação permanente nas proximidades de Buenos Aires permitiria ampliar a presença portuguesa na região e criar um ponto de apoio para as atividades mercantis.

A historiografia também aponta que a fundação de Sacramento estava ligada à tentativa de restabelecer relações comerciais anteriormente existentes entre portugueses e Buenos Aires. Prado observa que a nova povoação deveria *“restabelecer os vínculos com o Prata rompidos após o fim da União Ibérica em 1640”*⁹. Assim, a Colônia do Sacramento não surgiu como empreendimento isolado. Ela representava uma estratégia de longo prazo de inserção portuguesa no espaço platino.

A iniciativa portuguesa ganhou forma concreta durante o governo de Manuel Lobo no Rio de Janeiro. Antes da expedição definitiva, a Coroa havia encarregado Jorge Soares de Macedo de realizar uma missão exploratória na região. As dificuldades de navegação, entretanto, impediram o sucesso da primeira tentativa. A expedição chegou à região em janeiro de 1680. A data tradicionalmente atribuída à fundação é 20 de janeiro. Nesse momento foi iniciada a construção da fortificação que constituiria o núcleo original da futura Colônia do Sacramento. A localização era estrategicamente ousada. Sacramento encontrava-se

⁹ Ibidem, p. 87.

praticamente diante de Buenos Aires, cidade que desempenhava papel central na administração espanhola do Rio da Prata. Dessa forma, a presença portuguesa representava uma ameaça direta aos interesses espanhóis.

A reação espanhola foi rápida. O governador de Buenos Aires, José de Garro, organizou forças para expulsar os portugueses. A ofensiva contou com tropas coloniais espanholas e com indígenas vinculados às missões jesuíticas. A participação indígena demonstra que o conflito não era simplesmente uma disputa entre Portugal e Espanha: envolvia também diferentes sociedades indígenas e seus próprios interesses territoriais, políticos e econômicos. A historiografia recente tem chamado atenção para essa dimensão. Neumann¹⁰ observa que, desde seus primeiros anos, a presença portuguesa em Sacramento alterou as relações étnicas e sociais do Rio da Prata e colocou portugueses, espanhóis, missionários e diferentes grupos indígenas em contato e conflito. Em agosto de 1680, aproximadamente oito meses depois da fundação, as forças espanholas atacaram Sacramento. A fortificação foi conquistada e destruída. Manuel Lobo foi capturado e levado para Buenos Aires, onde morreu posteriormente. A derrota portuguesa, contudo, não significou o abandono do projeto. Pelo contrário, Portugal reagiu diplomaticamente, pressionando a Espanha para obter a restituição da Colônia para si.

¹⁰ Ver NEUMANN, Eduardo Santos. As populações indígenas frente à Colônia do Sacramento: dos conflitos às categorias de classificação colonial no Rio da Prata (1680-1777). **Revista de Índias**, 2023.

Assim sendo, foi assinado do Tratado Provisional de 1681 cuja importância ultrapassava a simples devolução de uma fortificação. Através dele, Portugal conseguiu transformar uma derrota militar em uma vitória diplomática parcial. A Coroa portuguesa sustentava que a fundação da Colônia do Sacramento estava apoiada em direitos territoriais que remontavam à interpretação portuguesa da divisão colonial. O episódio também demonstrou uma característica recorrente da história da região: as autoridades coloniais frequentemente entravam em conflito com as decisões diplomáticas das metrópoles. Enquanto os espanhóis de Buenos Aires haviam destruído a fortificação portuguesa, as negociações entre Lisboa e Madrid produziram sua restituição. A Colônia foi novamente ocupada pelos portugueses em 1682-1683. Começou então uma nova etapa, marcada pela tentativa de transformar uma simples fortificação em um núcleo permanente de ocupação.

A situação relativamente favorável aos portugueses foi alterada pela Guerra da Sucessão Espanhola, iniciada em 1701. Portugal e Espanha acabaram posicionados em campos opostos, e a guerra europeia repercutiu diretamente no espaço americano. A Colônia do Sacramento tornou-se novamente alvo das forças espanholas. A posição portuguesa tornou-se progressivamente mais difícil. A praça dependia de reforços e abastecimentos enviados pelo Rio de Janeiro, enquanto Buenos Aires possuía a vantagem de poder mobilizar forças terrestres na própria região. Em 1705, após operações militares e um cerco prolongado, a guarnição portuguesa abandonou Sacramento. A praça foi ocupada pelas forças de Buenos Aires. A perda de

1705 foi significativa porque interrompeu a segunda fase da presença portuguesa. Sacramento havia conseguido desenvolver uma população, atividades econômicas e relações comerciais, mas continuava vulnerável militarmente. A guerra também demonstrou que a permanência portuguesa no Rio da Prata dependia não apenas da capacidade militar local, mas das decisões tomadas nas negociações diplomáticas europeias. Portugal, entretanto, não renunciou aos seus direitos sobre este tão disputado espaço.

A Guerra da Sucessão Espanhola terminou com o Tratado de Paz de Utrecht. Para Portugal, o acordo com a Espanha, firmado em 1715, teve grande importância porque determinou a restituição da Colônia do Sacramento. A restituição foi muito mais do que uma formalidade diplomática. A partir de 1716, os portugueses reconstruíram a praça e passaram a desenvolver uma política mais sistemática de povoamento. Possamai¹¹ destaca que, após a restituição, a Coroa portuguesa enviou famílias para a região, procurando transformar Sacramento em um núcleo populacional permanente. Essa política de povoamento possuía objetivos simultaneamente demográficos, agrícolas e militares. A existência de famílias permitiria aumentar a produção de alimentos e consolidar a ocupação portuguesa. O povoamento também modificou a estrutura urbana da Colônia. A fortaleza continuava sendo o centro da localidade, mas surgiram casas, ruas, espaços agrícolas e atividades comerciais. A partir de 1716, portanto, a Colônia do Sacramento entrou em uma

¹¹ POSSAMAI, Paulo César. **A vida quotidiana na Colônia do Sacramento**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

fase de crescimento mais intenso. Neste sentido, é frequente na historiografia mencionar que entre os anos de 1716 e 1735 houve um apogeu econômico na Colônia, evidentemente, de atividades lícitas e ilícitas.

Em 1722, por exemplo, Antônio Pedro de Vasconcelos assumiu o governo da Colônia do Sacramento. Seu governo representou uma etapa decisiva na história da povoação. Vasconcelos permaneceu no cargo durante longo período e buscou reorganizar a administração, fortalecer as defesas, ampliar o povoamento e desenvolver as atividades econômicas. Segundo Possamai¹², a chegada de Vasconcelos ocorreu em um momento de transformação. O novo governador recebeu a missão de reestruturar o núcleo populacional, incentivar o povoamento e conter as deserções. A população cresceu significativamente. Em 1722, existiam 235 fogos¹³ na região de Sacramento, com população calculada em aproximadamente 1.500 pessoas quando considerados os dados disponíveis sobre livres e escravizados. O crescimento continuou durante a década de 1720. Em 1730, os registros indicavam 329 fogos. Possamai observa que já era rara a casa que não possuísse telhado de telhas e que não tivesse quantidade significativa de bens domésticos. O desenvolvimento urbano alcançou dimensão ainda mais expressiva em 1735. Silvestre Ferreira da Sylva¹⁴ descreveu a existência de 327 casas, distribuídas por

¹² Idem.

¹³ Termo utilizado para se referir as armas de fogo e quem pudesse utilizá-las.

¹⁴ SYLVA, Silvestre Ferreira da. **Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

dezoito ruas, dezesseis travessas e quatro praças. A população foi calculada em cerca de 2.600 pessoas. Esses números demonstram que a Colônia do Sacramento havia deixado de ser apenas um pequeno forte. Entretanto, continuava sendo uma sociedade fortemente militarizada.

Como não poderia deixar de ser diferente, as relações entre Sacramento e Buenos Aires eram contraditórias. Do ponto de vista político e militar, as duas cidades representavam poderes imperiais rivais. Do ponto de vista econômico, porém, eram profundamente interdependentes. A Colônia do Sacramento precisava do mercado de Buenos Aires e das redes comerciais espanholas. Buenos Aires, por sua vez, encontrava na Colônia do Sacramento acesso a produtos europeus e brasileiros que não chegavam facilmente pelos canais oficiais espanhóis. Prado¹⁵ demonstra que os habitantes das duas cidades estavam conectados por redes sociais e comerciais que atravessavam o rio. Essas redes permitiam acumulação de riqueza, prestígio e poder. A presença de comerciantes britânicos acrescentava outra dimensão ao problema. Ingleses participavam das redes comerciais do Atlântico e podiam utilizar a Colônia do Sacramento como ponto de contato com o mercado platino. A concorrência comercial, portanto, envolvia não apenas Portugal e Espanha, mas também interesses mercantis britânicos. Essa situação preocupava as autoridades espanholas porque o comércio da Colônia do Sacramento comprometia o controle que Buenos Aires deveria exercer sobre o comércio legal do Rio da Prata. As

¹⁵ PRADO, Fabrício Pereira, Op. Cit.

autoridades portuguesas, por sua vez, tinham consciência de que o comércio era uma das principais razões para manter a Colônia do Sacramento sob seu domínio.

Durante a década de 1730, as tensões aumentaram, pois o crescimento econômico preocupava os espanhóis. Ao mesmo tempo, os habitantes portugueses ampliavam sua utilização dos recursos da campanha, especialmente a exploração do gado. A competição pelo gado era particularmente importante porque os animais constituíam uma riqueza disponível na região e podiam ser transformados em carne, couro, sebo e outros produtos. Os espanhóis e os grupos indígenas que utilizavam a campanha passaram a considerar cada vez mais problemática a expansão portuguesa até que situação atingiu um ponto crítico em 1735. Segundo Possamai¹⁶, a prosperidade da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola por causa do intenso contrabando, enquanto colonos espanhóis e indígenas vinculados às missões resistiam à concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. Um incidente diplomático ocorrido em Madrid acabou funcionando como pretexto para a intensificação das hostilidades. Em outubro de 1735, as forças espanholas chegaram diante das fortificações da Colônia do Sacramento e iniciaram um cerco. Começava, deste modo, uma nova fase da história da povoação.

¹⁶ POSSAMAI, Paulo César Op.Cit.

6. Os Anos de 1735 a 1737 Novas Investidas e a Fonte Histórica na Biblioteca Rio-Grandense

O cerco iniciado em outubro de 1735 tinha como objetivo impedir o abastecimento da Colônia do Sacramento e obrigar sua guarnição a capitular. A situação era especialmente difícil porque a força espanhola podia operar a partir de Buenos Aires e utilizar recursos da campanha, enquanto Sacramento dependia do apoio marítimo português. As fortificações também apresentavam limitações e a resistência portuguesa foi organizada por Antônio Pedro de Vasconcelos, que procurou manter a disciplina da guarnição e organizar os recursos disponíveis. A população civil passou a participar diretamente da defesa. A militarização do cotidiano tornou-se ainda mais evidente. Comerciantes, agricultores, religiosos e outros moradores precisavam adaptar-se à situação de guerra. O cerco não representava somente um confronto entre soldados. Tratava-se de uma experiência que afetava o abastecimento, o comércio, o trabalho e a vida cotidiana. O objetivo espanhol era progressivamente isolar a praça. A historiografia caracteriza esse momento como uma ruptura com o período anterior de expansão portuguesa. Até 1735, a Colônia do Sacramento havia conseguido ampliar sua área de influência sobre a campanha. Com o bloqueio, esse processo seria interrompido.

O ano de 1736 foi marcado pela continuidade do cerco e pelos esforços portugueses para manter a Colônia do Sacramento. A defesa dependia de reforços

enviados pelo Brasil e de operações navais destinadas a impedir o isolamento completo. O estudo de Possamai e Santos¹⁷ demonstra que o cerco exigiu uma mobilização significativa de recursos militares portugueses. A frota de socorro buscava transportar tropas, munições e suprimentos para a Colônia. A situação era difícil para as autoridades portuguesas. O vice-rei do Brasil enfrentava falta de munições, armas, dinheiro e embarcações adequadas para o transporte dos reforços, mesmo assim, novos contingentes foram organizados. Um dos esforços de 1736 foi o envio de tropas da Bahia. A documentação registra que, em dezembro daquele ano, foi organizado novo socorro, composto por soldados e artilheiros. A importância dessas expedições não estava apenas no número de soldados transportados. O objetivo era garantir que a Colônia do Sacramento não fosse obrigada a capitular por falta de alimentos, munições ou homens. A defesa da Colônia exigia, portanto, uma articulação entre diferentes regiões da América portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e outras áreas contribuíram direta ou indiretamente para a manutenção do esforço militar.

A documentação preservada e existente na Biblioteca Rio-Grandense intitula-se “Documentos sobre a Colônia do Sacramento” estes, por sua vez, são do códice número 467 do Fundo Geral da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa cuja cópia foi realizada por Arthur Motta Alves, em 1938, para a Biblioteca Rio-Grandense. Deste modo, vemos a

¹⁷ Ver POSSAMAI, Paulo César; SANTOS, Rodrigo Salaberry dos. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. **Navigador**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 62-74, 2012.

importância da Biblioteca Rio-Grandense como local de pesquisa e preservação de fontes históricas. No referido documento fica evidente a mobilização de expedições de socorro entre os anos de 1735 e 1736 constando instruções, cartas sobre o cerco, pedidos de munição e pareceres do Conselho Ultramarino relacionados à defesa da Colônia do Sacramento.

Biblioteca Rio Grandense

DOCUMENTOS

SÔBRE A

Colônia Do Sacramento

Código n.º 467 do Fundo
Geral Secção de Reserva-
dos, da Bibliotéca Nacio-
nal de Lisboa

Copia feita em 1938 por
Artur Motta Alves
para a
Bibliotéca Rio Grandense

(Separata do n.º 99 da Revista do Inst. Histórico e
Geográfico do Rio Grande do Sul)

1945
OFICINAS GRÁFICAS DA IMPRENSA OFICIAL
PORTO ALEGRE

A manutenção da Colônia do Sacramento dependia do mar, com isso, o Rio de Janeiro era o principal centro de ligação entre Sacramento e o restante da América portuguesa. As frotas transportavam soldados, armas, munições, alimentos e outros recursos. A atuação naval também tinha como objetivo proteger as embarcações portuguesas e dificultar o bloqueio espanhol. O problema era complexo porque o estuário do Rio da Prata apresentava condições difíceis de navegação. Bancos de areia, ilhas, mudanças de corrente e ventos dificultavam a entrada e saída de grandes navios. As autoridades portuguesas precisavam combinar operações navais e terrestres. O estudo sobre as frotas de socorro mostra que o cerco se prolongou de outubro de 1735 até setembro de 1737 e que a resistência portuguesa foi sustentada, em grande medida, pela atuação da frota que mobilizou tropas do Brasil e de Portugal. No entanto, dentro do recorte estabelecido neste trabalho, é importante destacar que 1736 corresponde ainda a uma fase de resistência e incerteza. A Colônia do Sacramento não havia sido tomada, mas também não estava livre da pressão espanhola. Cabe salientar que na coletânea de documentos supracitado que os esforços portugueses para o empreendimento de manter a Colônia do Sacramento demandava esforços constantes, ficando claro ao relatar que 07 fragatas foram enviadas e apenas 03, nomeadamente, Vitória, Conceição e Lampadoza retornaram trazendo consigo os moribundos do conflito. Assim, deixa claro que havia a necessidade do envio de mais esforços de guerra por parte da Coroa portuguesa. A continuidade da resistência demonstrava a importância atribuída por Portugal à Colônia do Sacramento.

7. Considerações Finais

A fundação da Colônia do Sacramento, em janeiro de 1680, representou uma das mais ousadas iniciativas da expansão portuguesa na América do Sul. Ao estabelecer uma fortificação na margem setentrional do Rio da Prata, diante de Buenos Aires, Portugal procurava ampliar sua presença territorial e comercial em uma região de grande importância estratégica. A reação espanhola foi imediata e levou à destruição da primeira fortificação ainda em 1680. Entretanto, a diplomacia portuguesa conseguiu obter a restituição da praça pelo Tratado Provisional de 1681. A partir de então, Sacramento passou a integrar de maneira permanente a história das disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Durante o final do século XVII, os portugueses procuraram fortalecer a povoação e explorar os recursos da campanha. O gado selvagem tornou-se uma das principais fontes de riqueza, e também, uma das causas de conflito com os espanhóis e com diferentes grupos indígenas.

A Guerra da Sucessão Espanhola provocou nova mudança. Em 1705, os portugueses foram obrigados a abandonar a praça, que permaneceu sob controle espanhol até a restituição determinada pelo Tratado de Utrecht de 1715. A partir de 1716, iniciou-se uma nova fase de ocupação portuguesa. A Coroa passou a investir mais intensamente no povoamento e na estruturação da localidade. Sacramento cresceu demográfica e economicamente, tornando-se um importante centro comercial do Rio da Prata.

O governo de Antônio Pedro de Vasconcelos, iniciado em 1722, foi especialmente importante. Sob sua administração, a povoação alcançou significativa expansão. Em 1735, possuía centenas de casas, ruas, travessas e praças, além de uma população estimada em aproximadamente 2.600 pessoas. Entretanto, o crescimento da Colônia do Sacramento aprofundou as tensões com Buenos Aires.

O comércio português competia com os interesses espanhóis. A exploração do gado provocava conflitos na campanha. A presença portuguesa também interferia nas relações existentes entre espanhóis, indígenas e missionários jesuítas. Em outubro de 1735, a tensão transformou-se em guerra aberta, com o início do cerco espanhol à praça. O ano de 1736 foi marcado pela resistência portuguesa e pela mobilização de recursos de diversas partes da América portuguesa. As frotas de socorro transportaram tropas, munições e suprimentos, enquanto a população de Sacramento participava diretamente da defesa. O cerco demonstrou uma transformação fundamental na função histórica da localidade. Até 1735, Sacramento havia sido simultaneamente praça militar, centro comercial e núcleo de povoamento. A partir do bloqueio, a dimensão militar passou progressivamente a dominar a vida da população. Assim, ao final de 1736, a Colônia do Sacramento encontrava-se em uma situação paradoxal. Era uma das posições mais importantes da presença portuguesa no Rio da Prata, mas também uma das mais vulneráveis. Seu desenvolvimento havia produzido riqueza e população, mas também intensificado a oposição espanhola. A história de Sacramento até 1736 demonstra, portanto, que a formação das fronteiras

meridionais da América portuguesa foi resultado de um processo prolongado de conflitos, negociações, deslocamentos populacionais, atividades econômicas e relações interculturais. Mais do que uma simples fortificação portuguesa em território disputado, Sacramento foi um espaço de articulação entre diferentes mundos coloniais.

Sua história revela ainda que as fronteiras dos impérios ibéricos não funcionavam como linhas rígidas. Eram espaços de contato, onde a guerra coexistia com o comércio, a diplomacia com o contrabando, e a rivalidade entre impérios com relações cotidianas entre indivíduos de diferentes origens. Até 1736, portanto, a Colônia do Sacramento havia passado por três experiências fundamentais: a fundação e destruição inicial; a reconstrução e expansão; e, finalmente, o início de sua transformação em uma praça de guerra submetida ao bloqueio espanhol. Essa trajetória explica sua importância na história da América portuguesa e na formação histórica do espaço platino. E, por fim, colocando a Biblioteca Rio-Grandense como importante local de pesquisa sobre o assunto, uma vez que, em seu acervo possui relevante fonte primária.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colónia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973. A obra constitui um estudo abrangente da posição de Sacramento no contexto da Guerra de Sucessão

Espanhola, abordando suas dimensões militar, diplomática e comercial.

BANDEIRA, Raymundo Carlos **História da América** São Paulo: Atual, 1986.

BETHEL, Leslie **América Latina Colonial** São Paulo: EDUSP, 1997.

GUERIN, Miguel Alberto “La organización inicial del espacio rioplatense” In: CERVANTES, Alejandro Margariños **Estudios históricos, políticos y sociales sobre el Rio de la Plata** Montevideo: s/n, 1963, p. 26.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.

O Testamento de Adão V Centenário do Tratado de Tordesilhas, Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, setembro/novembro, 1994.

POSSAMAI, Paulo César; SANTOS, Rodrigo Salaberry dos. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 62-74, 2012.

POSSAMAI, Paulo César. Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 53-73, 2002.

POSSAMAI, Paulo César. De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 23-36, 2010.

PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 79, 2003

PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

RIVEROS TULA, Aníbal M. *Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830*. Montevideu: Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, tomo XXII, 1959.

VAZQUEZ, Gernán y DIAZ, Nelson Martinez **Historia de la América Latina** Madrid: Ediproyectos Europeos, 1990.

SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. [1737]. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SILVA, José Manuel Azevedo e “O tratado de Tordesilhas: Entre o real e o imaginário” In: **Separata da Revista Biblos**, Coimbra, vol. LXX, 1994, pp. 30 e 31.

SYLVA, Silvestre Ferreira da. **Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento**. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

A invasão espanhola e a *Devassa* sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas editada pela Biblioteca Rio- Grandense

Francisco das Neves Alves*

Na década de 1930, a Biblioteca Rio-Grandense vivia uma de suas fases mais esplendorosas. Já fazia praticamente três decênios que obtivera uma de suas maiores conquistas vinculada à aquisição de um prédio próprio, que se transformou na sede definitiva da entidade. Como seu acervo não parava de crescer, mesmo no edifício adquirido em 1895 e ocupado desde

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

1901, o espaço começava a tornar-se escasso, levando à decisão de uma ampla reforma na estrutura predial, aumentando de forma extremamente considerável as dependências, além de se estabelecer um novo formato para a alocação de livros e documentos, envolvendo salas, estantes e gavetas. Mas os progressos não eram só de ordem física, uma vez que a instituição ganhara cada vez mais terreno em suas atividades, passando a constituir o epicentro cultural citadino. Dentre as iniciativas culturais, a Biblioteca incrementou um projeto voltado à publicação de obras com o seu selo editorial, notadamente voltada à divulgação de documentos ou edições raras.

Foi nessa conjuntura que a Biblioteca Rio-Grandense lançou o livro *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas*, voltado a divulgar os episódios que marcaram o ambiente de agitação, conturbação e convulsão, que antecedeu à invasão espanhola à localidade litorânea, em 1763. Trata-se de uma edição datada de 1937, ano em que a cidade do Rio Grande ganhou significativa notoriedade tendo em vista a efeméride do bicentenário da fundação do local por parte dos portugueses, em 1737. Nesse sentido, o ano de 1937 foi marcado por uma série de atividades festivas, culturais e educacionais, com ampla mobilização da comunidade. Em tal ambiente, a Biblioteca Rio-Grandense teve um papel crucial e o lançamento daquela obra foi um dos pontos marcantes. Nesse quadro, a publicação da *Devassa sobre a entrega da vila do*

*Rio Grande às tropas castelhanas*¹⁸, mereceu especial relevo¹⁹, por constituir um dos mais inestimáveis e informativos documentos acerca dos primórdios da invasão espanhola²⁰.

O século XVIII constituiu uma época prenhe em guerras que, tendo por epicentro a Europa, iriam espalhar suas consequências em diferentes partes do globo, originando-se um processo de mundialização dos conflitos bélicos que viriam a adensar-se nas centúrias seguintes. As questões dinásticas, a luta pela hegemonia continental e os conflitos de natureza colonial foram alguns dos fatores motores de tais guerras que serviam à consolidação das nacionalidades em vários dos países europeus. Nessa época, Portugal e Espanha haviam perdido o status de nações hegemônicas e passavam cada vez mais a atuarem como satélites de outros estados mais poderosos, no intrincado quadro das relações internacionais. De acordo com tal posição, nos

¹⁸ DEVASSA sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas (1764). Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

¹⁹ BARRETO, Abeillard. Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979c. v. 2. p. 632.

²⁰ Texto ampliado a partir de ALVES, Francisco das neves. Guerra e medo na porção extremo-meridional da América Portuguesa: a invasão espanhola (1763) In: *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: estudos de História Militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 397-412.

diversos enfrentamentos que se desencadeavam, os dois países ibéricos adotariam posições antagônicas, pois, em linhas gerais, enquanto os portugueses aliavam-se à Inglaterra, os espanhóis o faziam em relação à França, duas das nações que mais intensamente confrontavam-se pela preeminência mundial.

As várias guerras ocorridas na Europa promoviam efeitos indelévels no continente americano onde também se digladiaram lusos e hispânicos, mormente no que tange à fronteira extremo-sul de suas possessões. Em 1680, a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em seu projeto expansionista em direção à região platina, constituiria verdadeiro momento de inflexão histórica nas relações entre os dois países ibéricos. Os espanhóis não aceitavam a possessão portuguesa, estabelecendo-se um ciclo histórico de cercos, ataques, destruições e apropriações da Colônia, com a posterior devolução aos portugueses, para mais adiante, iniciar-se novamente o processo. Tais enfrentamentos levariam os lusos a buscarem fixar-se nas terras do extremo-sul do Brasil, com a fundação do povoado do Rio Grande, em 1737, com a função precípua de servir como um ponto estratégico de apoio à Colônia do Sacramento.

Desde a década de 1750, prolongando-se à seguinte, se desencadearia mais um conflito bélico europeu, com a Guerra dos Sete Anos, na qual, uma outra vez, Portugal e Espanha estariam em lados opostos. As repercussões na América não seriam diferentes e as autoridades governamentais hispânicas promoveriam mais uma conquista da Colônia do Sacramento, mas, desta vez, avançariam ainda mais sobre o território luso e, em 1763, ocupariam as

fortificações de Santa Teresa e São Miguel, chegando até a Lagoa dos Patos e invadindo a povoação do Rio Grande. Ainda que as negociações de paz na Europa tenham determinado a devolução de territórios conquistados, os espanhóis o fizeram apenas em relação à Colônia do Sacramento, permanecendo com a posse da localidade do Rio Grande, a qual só viria a ser reconquistada pelos portugueses em 1776.

A fundação do povoado do Rio Grande se dera a partir do forte Jesus, Maria, José, desenvolvendo-se em seu entorno e, posteriormente, da igreja matriz de São Pedro o núcleo urbano. Os povoadores da jovem possessão lusa em terras sulinas enfrentaram as mais variadas dificuldades que passavam pelas intempéries climáticas e chegavam à enorme dificuldade de abastecimento de parte da metrópole, ficando muitas vezes os colonos abandonados à própria sorte. Além de uma série de estorvos a serem vencidos, esses primeiros habitantes defrontavam-se com um obstáculo ainda mais sério, pois, ao ocuparem um território fronteiriço e até mesmo em litígio, deparavam-se com a perigosa proximidade do inimigo espanhol. Nesse sentido, o receio de uma invasão dos hispânicos viria a constituir um dos primeiros medos coletivos dos sul-rio-grandenses e a concretização de tal fenômeno, em 1763, potencializaria significativamente esse temor.

O medo é uma sensação ambígua e inerente à natureza humana, constituindo inclusive uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. Mas, ao mesmo tempo, o medo é um inimigo mais perigoso do que todos os outros, uma vez que, coletivo, ele pode ainda conduzir a

comportamentos aberrantes, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece. Assim, as reações de uma multidão tomada de pânico ou que libera subitamente sua agressividade podem resultar em grande parte da adição de emoções-choques, trazendo à tona surpreendentes formas de reagir à realidade. Tal angústia, prolongando-se, pode trazer como risco o desagregar de uma sociedade ou ainda introduzir uma dose excessiva de negatividade e de desespero²¹. Naquele lustro inicial da década de 1760, os primeiros povoadores rio-grandenses sentiriam concretamente o medo da invasão do adversário, desenvolvendo-se um quadro caótico e de verdadeiro pânico no seio da novel comunidade, ainda mais que a conjuntura da época representava um dos períodos mais conflituosos que a região platina conheceu²².

A partir do momento em que o governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, levando em conta a situação conflituosa na Europa, reuniu numerosa força militar, sitiou e conquistou a Colônia do Sacramento, os receios recrudesceram ainda mais no Rio Grande. Dessa forma, era de intranquilidade a situação dos habitantes do povoado e o conhecimento da marcha de Cevallos, junto à ausência de medidas de precaução tomadas em relação à vila, estava a exasperá-los²³. No final da década

²¹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 23-25, 31 e 43.

²² REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteira no espaço platino. In: *História geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 49.

²³ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777): primeira parte – a invasão*

de cinquenta, a localidade encontrava-se completamente aberta ao inimigo, pois o forte do Estreito – Santa Ana –, que fora construído para bloquear o avanço sobre a península, achava-se completamente soterrado, e o do Porto – Jesus, Maria, José –, em ruínas. Tal situação durava já quase um decênio, e nenhuma obra de fortificação foi feita para modificá-la. Pouco antes da invasão, em agosto de 1761, como solução de emergência, o governo do Rio de Janeiro determinou a construção de um reduto ou trincheira estacada no alto do hospital, que não foi construído tendo em vista as dificuldades impostas pelas areias. Dessa forma, a vila era um local aberto e indefensável²⁴.

Diante de tal quadro, o governo colonial luso no Rio de Janeiro determinou ao governador do Rio Grande, coronel Elói Madureira, que tomasse as medidas defensivas necessárias a impedir a invasão do território brasileiro por forças castelhanas. No mesmo sentido, mandava que o comandante da praça de Rio Pardo, coronel Tomás Luís Osório, se deslocasse para o sul e se estabelecesse em Angostura, desfiladeiro próximo a Castilho Grande, interceptando o caminho obrigatório para quem, de Montevideu, pretendesse atingir o Rio Grande pelo litoral²⁵. Tal empreitada, entretanto, foi de difícil execução. O comandante Osório ao invés de optar por uma linha fortificada, mais rápida

espanhola - 1763 -. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1935. p. 79.

²⁴ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. p. 112.

²⁵ FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1965. p. 42.

e imperceptível aos espanhóis, empreendeu a construção de uma fortaleza, muito mais lenta e facilmente identificável pelos inimigos²⁶.

Além disso, o coronel Osório enfrentaria uma série de óbices na execução da fortificação que viria a receber o nome de Santa Teresa. Ele buscou reunir diversos destacamentos e guardas avançadas, completando um corpo de quatrocentos homens, mal armados, com que seguiu para o sul, levando oito peças de bronze e duas de amíudar. No local, as obras de fortificação seguiram demoradas, não só pela natureza do terreno e falta de estacas e faxina que só havia nos matos de São Miguel, a seis léguas de distância, como também pela deficiência de pessoal. Além disso, a pequena guarnição do forte estava rota de cansaço, com as guardas e rondas repetidas e pelo trabalho de quebrar pedra, carregar faxina e romper terra. Também faltavam armas e munições, diante do que o governador no Rio Grande alegava não ter balas, nem metralha, nem ferreiros para mandar, remetendo apenas algum armamento velho e imprestável. As solicitações de socorro da parte de Tomás Osório ou não eram atendidas, ou ficavam procrastinadas. O coronel reclamava ainda da inexperiência de muitos de seus comandados, da falta de contingentes e até mesmo do pequeno número e da inépcia dos pedreiros que trabalhavam nas obras, enfatizando a grande diferença que havia na edificação da parede de uma casa e da muralha de uma fortificação²⁷.

²⁶ QUEIROZ. p. 112.

²⁷ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Os espanhóis no Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*

Somava-se a tal contexto de dificuldades, a significativa superioridade numérica das forças de Cevallos que mobilizara aproximadamente quatro mil homens para o ataque à Colônia do Sacramento, dentre os quais, mais de um quarto era de indígenas e, completa essa conquista, destinaria três mil homens bem providos de artilharia para investir contra a posição lusitana no sul das terras brasileiras²⁸. Revelava-se assim que as providências tomadas para a defesa da colônia portuguesa no Rio Grande do Sul eram menos do que precárias. Além das próprias dificuldades impostas pelo meio e pela pouca assistência das autoridades metropolitanas, ocorreu também uma série de desacertos entre os comandantes, havendo uma tendência geral em apontar vários erros tanto à atuação do governador Elói Madureira quanto à do coronel Osório.

Dentre os principais pontos destacados como falha dos dois comandantes estaria o fato do governo do Rio de Janeiro, ainda em janeiro de 1763, ter transmitido instruções precisas e claras, tanto ao comandante de Santa Teresa como ao governador do Rio Grande. Ao primeiro foi ordenado que, se as forças castelhanas fossem muito superiores às suas, fizesse recolher a tempo a artilharia e as munições para o Rio Grande, retirando-se com toda a tropa até a mesma vila e passando à defesa para o lado norte. Já ao segundo, foi determinado que, na dificuldade de defender a povoação, por ser um lugar aberto, deveria ordenar, o quanto antes, a passagem para o lado norte do canal,

para 1906. Rio Grande: Livraria Americana, 1895. p. 223-224 e 232.

²⁸ FERREIRA FILHO. p. 42.

criando fortificação para disputar ao inimigo a posse do território²⁹. Diante de tais ordens, ambos optariam por guardar segredo sobre as mesmas, sob o argumento de evitar que o pânico se espalhasse entre seus comandados³⁰.

Dessa forma, prevaleceria uma conduta carregada de indecisões da parte de ambos os comandantes. A despeito da ordem de passar a resistência para o lado norte, Madureira permaneceu na vila sem tomar as medidas urgentes e enérgicas que a situação exigia³¹. Nesse sentido, só às vésperas da invasão, já em abril de 1763, o governador compreendeu a gravidade da situação e reuniu na casa do governo o provedor, o tesoureiro, o escrivão da câmara, que foi convocada, e os “homens bons” da localidade, para lhes dar conhecimento das ordens emanadas do Rio de Janeiro, aproveitando a ocasião para se justificar de não o ter feito antes, afim de não alarmar o povo e por confiar na resistência em Santa Teresa³². Já o coronel Tomás Osório, irresoluto, dando ordens e contraordens, oscilava entre uma retirada, que poderia ser feita em melhores condições, ou a resistência³³. Indeciso, ora o

²⁹ BARRETO, Abeillard. A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979a. v. 2. p. 646.

³⁰ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 169.

³¹ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 188.

³² MONTEIRO. 1935. p. 80.

³³ DOCCA. p. 188.

comandante se dizia disposto a resistir, ora tomava medidas para a retirada, o que depois não autorizava, de maneira que tais idas e vindas, naturalmente, ao chegarem ao conhecimento da tropa, somente predispunham à indisciplina, degenerando numa debandada quase geral, cada um tratando de obter cavalos com que garantir uma chegada tempestiva à vila do Rio Grande³⁴. Assim, vacilante e sem firmeza nas deliberações, Osório perderia a voz de comando, vindo a grassar tal desalento e desconfiança nos soldados que acabariam por optar pelo caminho da deserção³⁵.

As atitudes de Tomás Luís Osório, levando à fuga de grande parte das tropas, espavoridas, em direção ao Rio Grande, rendendo-se os que permaneceram em Santa Teresa, e de Elói Madureira, adiando para a última hora a evacuação para o lado norte, contribuiriam decisivamente para que o pânico lavrasse nas terras sulinas. De acordo com tal perspectiva, eles viriam a ser identificados como os principais causadores da derrocada, o primeiro pela entrega da porta de entrada para o Rio Grande do Sul e o segundo pela incapacidade em administrar a difícil circunstância pela qual passava a colônia lusa³⁶. Dessa

³⁴ BARRETO, Abeillard. Tentativas espanholas de domínio no sul do Brasil, 1741-1774. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979b. v. 2. t. 2. p. 166.

³⁵ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 2.ed. Paris: Tip. de Casimir, 1839. p. 104.

³⁶ MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e

maneira, ambos decidiram agir segundo os próprios arbítrios, diante da situação caótica em que se encontrava o governo do “continente”, onde cada comando agira de forma independente, sem nem mesmo se subordinar ao seu superior³⁷.

A partir da derrota em Santa Teresa, com a fuga ou a rendição das tropas, o avanço das forças de Cevallos continuou inexorável, com a marcha e fácil dominação sobre o forte de São Miguel, ficando plenamente escancaradas as portas em direção ao Rio Grande. Com as notícias da invasão, o caos começaria a tomar conta da vila. Cada qual buscando fugir da maneira que lhe fosse possível. O governador foi o primeiro a colocar-se em fuga, não aguardando a execução das medidas que poderiam minorar a intensidade da derrocada, passando o canal a 21 de abril de 1763, abandonando a população à própria sorte³⁸.

Os fugitivos, em parte, embarcaram em duas sumacas, alguns apenas com a roupa do corpo, e saíram barra à fora para o Rio de Janeiro, outros ficaram na margem do norte, havendo ainda os que fugiram para Santa Catarina, por terra, em cujo trajeto muitos morreram de fome, sede e cansaço e a maior parte acompanhou o governador e mais autoridades para Viamão³⁹.

A retirada de 20 a 24 de abril foi desastrosa, uma vez que no porto havia apenas duas embarcações

Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 4, p. 117-118.

³⁷ QUEIROZ. p. 113.

³⁸ MONTEIRO. 1935. p. 82.

³⁹ RODRIGUES. p. 227.

pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas. A travessia era relativamente longa, e foi dificultada pela ação adversa dos ventos, de modo que a força das armas e a do dinheiro garantiria a prioridade para os interesses da coroa e das pessoas abastadas, ainda assim, toda a ação resultou num grande fracasso⁴⁰. Todos acorriam ao porto, mas muitos não podiam prosseguir, pois o governador tinha mandado por sentinela na praia a evitar embarques. Primava o governo pelos bens reais, procurando o tesoureiro salvar o que existia nos armazéns régios, fazendo passar pequenas peças com suas carretas, barris de pólvora e caixas de balas miúdas, livros e o pouco numerário que existia nos cofres, enquanto o povo açodadamente, tentando utilizar-se dos poucos barcos existentes, já com permissão, procurava na outra margem a segurança que a vila não lhes podia oferecer⁴¹.

Tal cenário de desespero se intensificaria com a chegada dos primeiros fugitivos de Santa Teresa, o que só fez intensificar o pânico na população e a travessia para o norte, que poderia ter sido com certa ordenação e sem maiores tropeços, passou a ser realizada de forma ainda mais desorganizada e sem método⁴². Até mesmo a cavalhada que se conseguira salvar em Santa Teresa, junto dos soldados que também queriam passar para o lado do norte intensificou a confusão reinante na vila, pelo aumento de candidatos às poucas barcas empregadas na passagem do povo. As condições

⁴⁰ QUEIROZ. p. 114.

⁴¹ MONTEIRO. 1935. p. 80-81.

⁴² BARRETO. 1979b. p. 166.

climáticas e topográficas ocasionaram a perda de mercadorias, armamentos e cavalos na passagem pelo canal. Nas águas, com os barcos peçados de gente e o que conseguiam carregar, os barqueiros procuravam passar o povo que açodadamente e aos gritos chamava por auxílio. A escassez de embarcações em condições e a desordem natural na utilização das existentes fez com que muitas ficassem inutilizadas, encalhando ou afundando⁴³.

Alguns comandantes ainda chegaram a tentar reunir militares que passavam, buscando impor alguma ordem dentre os retirantes, entretanto, o instinto de segurança primava sobre qualquer preceito de disciplina, a desorganização implantada era completa e o povo e soldados só queriam o mais depressa possível fugir para o interior e abrigarem-se do invasor, de modo que nada atendiam. Era a plenitude da confusão, correndo o povo para as praias a procurar embarcações que os levassem, e os gritos das mulheres, o choro das crianças e as imprecações dos homens mais aumentavam a desordem⁴⁴. Os saques foram generalizados, atacando-se tudo que estivesse pela frente, não respeitando-se a propriedade privada, a da coroa ou a da igreja. Fosse para aproveitar a oportunidade da ocasião, fosse para praticar uma política de terra arrasada, visando nada deixar ao inimigo, os roubos, as depredações e a violência de toda ordem tornaram-se generalizados na povoação. Na parte norte do canal, os acontecimentos não foram diferentes daqueles da vila, repetindo-se os

⁴³ MONTEIRO. 1935. p. 82-83.

⁴⁴ MONTEIRO. 1935. p. 82.

roubos e os atentados contra as pessoas e as propriedades⁴⁵.

Chefiado por José de Molina, o destacamento avançado enviado por Cevallos, chegaria ao Rio Grande a 24 de abril de 1763 e encontraria a vila em abandono e destruição. Alguns poucos e pobres casais de ilhéus foram aprisionados enquanto, outras pessoas ficaram prisioneiras já embarcadas, por ter seu barco encalhado nos baixios próximos ao porto⁴⁶. A possibilidade de edificar-se uma resistência lusa no lado norte do canal não foi sequer cogitada. Desse modo, não se concentraram, na margem oposta, as forças transportadas, organizando ali a defesa, que poderia ser inexpugnável dada a ausência de uma esquadra que apoiasse as operações de terra espanholas⁴⁷. Abandonando a zona de um possível combate, o governador seguiu para Viamão, mantendo-se o êxodo desordenado, sem que a concentração das forças retirantes chegasse a resistir, quer sob as ordens diretas de Madureira, quer sob a orientação de outro qualquer oficial, a que houvesse delegado tal incumbência⁴⁸.

O misto de medo e ira no seio da multidão se voltaria contra tudo e contra todos, inclusive em relação ao próprio governador que chegou a ter a sua vida ameaçada. Assim, grande indignação acometeria a população, de modo que, civis e soldados, ao verem o governador abandoná-los, aos brados o insultavam,

⁴⁵ QUEIROZ. p. 115.

⁴⁶ MONTEIRO. 1979. p. 104.

⁴⁷ BARRETO, 1979b. p. 166.

⁴⁸ BARRETO, Abeillard. *O Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985. p. 39.

proclamando-o traidor e covarde. Um cabo de dragões chegou a alvejá-lo com uma pistola, gritando que era preciso matar os traidores e só a intervenção do provedor não permitiu que a ameaça fosse efetivada⁴⁹. Quando da chegada dos contingentes fugidos de Santa Teresa, muitos dos soldados diziam que haviam de matar o governador, apontado como a causa de todas as suas desgraças⁵⁰. Já transposto o canal, vários militares, tiveram de fazer escolta para garantir a vida de Elói Madureira que, na barranca norte, como no Rio Grande, tinha ainda sido ameaçada, tal o estado de desespero em que ficaram o povo e soldados pela incúria do chefe⁵¹.

Todo aquele caos e desespero era fruto do medo da guerra e do inimigo que se aproximava, mas refletia também os longos períodos em que os habitantes locais e os soldados ficavam relegados a um verdadeiro abandono de parte das autoridades metropolitanas. Nesse sentido, as circunstâncias de terror serviriam para dar vasão aquela série de insatisfações de natureza socioeconômica, de maneira que a fome e a miséria dos soldados e colonos do Rio Grande também teriam ditado seus atos. Dessa forma, os armazéns reais foram imediatamente saqueados, soldados armados obrigaram o almoxarife a abrir-lhes as portas, dizendo que queriam vestir-se por se acharem rotos e nus⁵². Além disso, o próprio governador se apercebera que tais condições de penúria só serviam para agravar o quadro de instabilidades, autorizando o tesoureiro a entregar trigo

⁴⁹ MONTEIRO, 1935. p. 82.

⁵⁰ RODRIGUES. p. 226-227.

⁵¹ MONTEIRO, 1935. p. 83.

⁵² QUEIROZ. p. 114.

e fazendas dos armazéns reais a um oficial, para pagamento aos soldados por conta dos meses de soldo que lhes eram devidos, de modo a ver se os contentavam, promovendo a organização da defesa da passagem⁵³, numa medida desesperada, mas infrutífera em resultados.

O avanço hispânico não se restringiu ao Rio Grande, pois os espanhóis, atravessando o canal, em perseguição aos fugitivos, ocuparam a sua margem esquerda e, estabeleceram guardas em São José do Norte. Além disso, assenhorearam-se da barra rio-grandina, impedindo a passagem de quaisquer embarcações⁵⁴. O processo de pacificação na Europa já se estabelecera desde fevereiro de 1763, mas acabou por não impedir a marcha espanhola em direção às terras sulinas. A entrada de Cevallos na vila do Rio Grande, cercado de triunfal aparato, deu-se a 12 de maio de 1763, chegando a dar a impressão de constituir o primeiro ato de uma expedição que poderia chegar até o norte do Rio Grande do Sul⁵⁵. A ação do governador de Buenos Aires no contexto das possessões lusas seria até caracterizada como uma das últimas manifestações da chama do poder espanhol no sul da América Meridional⁵⁶ e

⁵³ MONTEIRO, 1935. p. 82.

⁵⁴ CESAR. p. 171.

⁵⁵ PINHEIRO. p. 107.

⁵⁶ ARANA, Henrique. Expedicion de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de La Plata. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 1. p. 332.

somente a determinação metropolitana mais incisiva da suspensão das armas interromperia tal expansão.

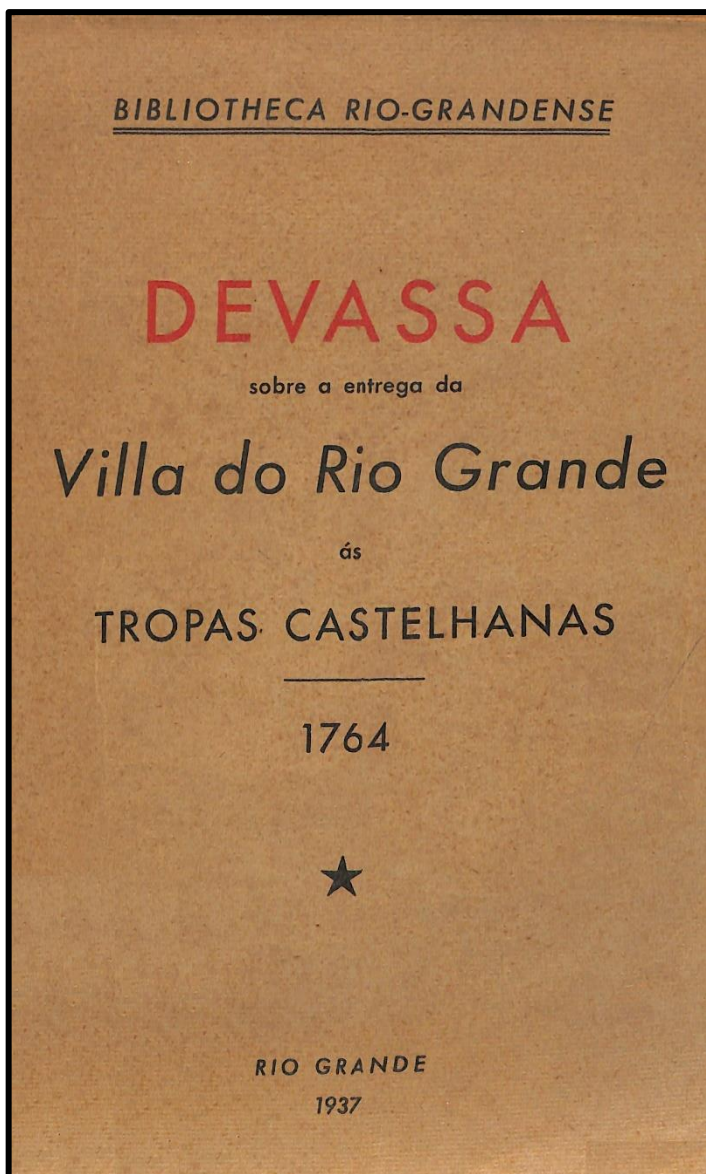
Os acontecimentos no sul despertavam a preocupação das autoridades no centro da América Portuguesa. Dessa maneira, no Rio de Janeiro, os administradores metropolitanos recebiam a notícia da invasão hispânica e da rapidez de sua marcha, temendo que a onda avassaladora, que nos pampas do Rio Grande se expandia, chegasse à Santa Catarina. Diante desse temor, vieram as providências de reforço das tropas que existiam pelo sul e em Santa Catarina. Além das várias medidas no sentido de guarnecer tal território, os governantes passaram a dar alguma atenção aos soldados, atrasados que estavam os pagamentos por anos de abandono. Ainda assim, as verbas enviadas dariam apenas para pagar seis meses dos vinte e quatro devidos à tropa, sem contar os marinheiros e a peonada. Chegaria a ser de quatro a cinco anos o conjunto da dívida, e, com esse regime de calote, os dirigentes do Rio de Janeiro queriam ter tropas em condições e dedicação de gente que a falta nos pagamentos forçava a procurar ganhar a vida como o meio lhes permitia⁵⁷.

A partir de então se desencadearia o esforço lusitano na elaboração de um projeto e na efetivação de ações militares que viessem a promover a recuperação das terras sulinas. A permanência hispânica, entretanto, perduraria por mais de uma década, de modo que a reconquista portuguesa do Rio Grande só se daria em 1776. As tratativas diplomáticas e os desentendimentos entre as duas nações ibéricas continuariam servindo

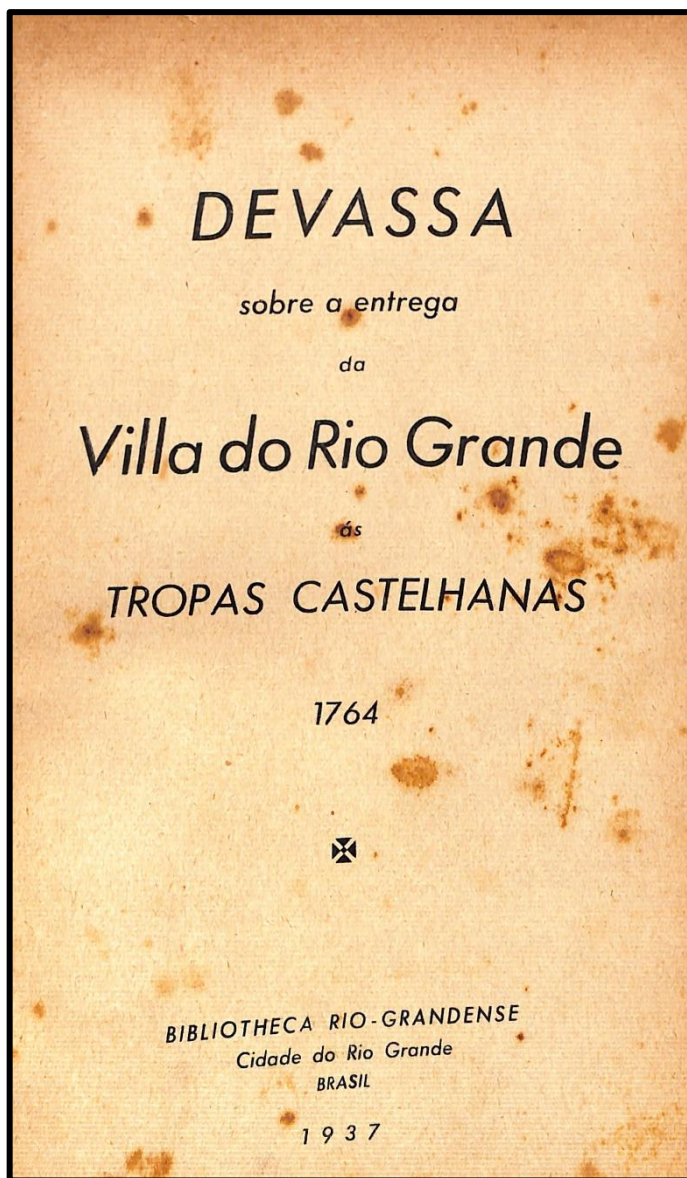
⁵⁷ MONTEIRO, 1979, p. 105 e 112.

como fatores motores dos enfrentamentos bélicos na porção extremo-meridional da América Portuguesa, vindo a advir ainda novos confrontos na região. A experiência de abril de 1763, com a fulminante passagem dos espanhóis por Santa Teresa e São Miguel, chegando até o Rio Grande marcaria de forma indelével a memória dos sul-rio-grandenses, uma vez que ficara materializado e tornara-se realidade aquele que era um dos maiores medos daquela coletividade.

Muitos dos episódios que traduziram aquele ambiente de terror foram narrados na *Devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas castelhanas*. Na tentativa de apurar responsabilidades pelos atos acontecidos no território sulino, as autoridades metropolitanas promoveriam um profundo inquérito, ouvindo significativa quantidade de testemunhas, ocorrido no ano seguinte à invasão (1764). Apesar de certas contradições, idiossincrasias e incertezas patentes e/ou latentes nos depoimentos, dos relatos presentes na “Devassa”, se originaria uma narrativa rica em detalhes sobre o aflitivo cotidiano daquele abril de 1763.



capa da obra editada pela Biblioteca Rio-Grandense



folha de rosto da obra editada pela Biblioteca Rio-Grandense

A primordial meta da “Devassa” era a apuração de culpados pela invasão das terras sulinas, de preferência no que tange às autoridades governamentais e militares. De acordo com tal perspectiva, referia-se o Auto da devassa à ocasião na qual se apoderaram os inimigos da coroa dos fortes de Santa Teresa e São Miguel chegando até o Rio Grande e a passar o canal do norte. Visava, assim, a examinar se nessas ou em outras oportunidades tanto o governador e o coronel responsável pela fronteira extremo-sul, como os mais oficiais e soldados que estavam debaixo de seu comando atuaram com disposição, valor, zelo e fidelidade que deveriam ter e guardar, de acordo com a obrigação de seus postos. Objetivava ainda observar o caso contrário, ou seja, se aqueles faltaram a tudo, dando causa ou motivo para que os inimigos entrassem naqueles lugares sem oposição e neles causassem as desordens que experimentaram aqueles povos de que eram públicas as queixas ou se eles mesmos as teriam cometido. Diante disso, seriam tomados testemunhos e feitas as devidas averiguações e exames que fossem necessários para desvelar os acontecimentos na localidade⁵⁸.

O teor de uma correspondência de autoridade responsável pela apuração dos fatos revelava a série de atentados ocorridos no Rio Grande em abril de 1763, em meio à confusão e pânico generalizados que tomavam conta da comuna. Segundo tal missiva, na ocasião não ocorreram apenas deserções, mas também a passagem de alguns militares e civis para o lado dos adversários, reconhecendo-se os luso-brasileiros como os responsáveis pelos distúrbios iniciais no Rio Grande.

⁵⁸ DEVASSA. p. 3.

Dessa forma, apontava-se que alguns portugueses das tropas responsáveis pela guarnição de Santa Teresa e ainda alguns paisanos voltando-se contra a pátria não só haviam tomado partido com os inimigos, mas foram os primeiros a entrar na vila, cometendo as maiores hostilidades entre os moradores de um e outro sexo, roubando a uns e maltratando a outros, com graves injúrias e crueldades. Era ainda feita referência ao fato de que, com furor, aqueles indivíduos chegaram a cometer horrendos desacatos nos templos dedicados a Deus, além de terem causado notáveis prejuízos à real fazenda tanto nas extrações e descaminhos dos gados das suas estâncias como na ocultação de vários efeitos que deveriam arrecadar-se por tal órgão fiscal. Explicitava-se também os “abomináveis delitos” de falta de obediência às ordens dos superiores em matéria tão séria, os quais, pelas suas graves circunstâncias, resultavam em não leves indícios de maquinação oculta e infidelidade da parte dos que os cometeram, como também o de sacrilégio e descaminhos da fazenda de Sua Majestade⁵⁹.

Era o seguinte o conteúdo integral de tal “Correspondência”⁶⁰:

Sendo-me presente por informações verídicas que me foram participadas que na entrada que fizeram os inimigos desta Coroa na Povoação do Rio Grande e lugares circunvizinhos se cometeram várias desordens tanto de parte do Governador como das tropas, chegando o Coronel de Dragões comandante das mesmas, Thomas Luiz Osório, a deixar-se surpreender no

⁵⁹ DEVASSA. p. 7.

⁶⁰ DEVASSA. p. 7-8.

passo junto a Castilhos onde se achava postado com o seu regimento e mais gente que se lhe agregara que fazia o número de novecentos homens sem a mais leve resistência, excedendo assim as ordens que por esse governo se haviam expedido ao dito Governador que lhe foram participadas e dentro dessa vão por cujos motivos os mesmos inimigos não sé se fizeram senhores das referidas terras, mas causaram aos moradores delas as ruínas que as mesmas ordens pretenderam evitar nas cautelas com que as preveniam e constando-me juntamente que alguns portugueses das sobreditas tropas e ainda paisanos voltando-se contra a pátria não só tomarão partidos com os mesmos inimigos, mas foram os primeiros que entraram na dita Vila do Rio Grande, cometendo as maiores hostilidades em os moradores de um e outro sexo, roubando a uns e maltratando a outros, com graves injúrias e crueldades; e que até o seu furor chegara a cometer horrendo desacatos nos templos dedicados a Deus e sendo finalmente informado dos notáveis prejuízos que se tem causado à Real Fazenda tanto nas extrações e descaminhos dos gados das suas estâncias com na ocultação de vários efeitos que deviam arrecadar-se pela mesma Real Fazenda, em algumas entradas que se fizeram nas terras dos inimigos no que tudo se envolvem os abomináveis delitos de falta de obediência às ordens dos superiores em matéria tão grave de que pelas suas graves circunstâncias, resultam não leves indícios de maquinação oculta e infidelidade da parte dos que os cometeram, como também o de sacrilégio e descaminhos da Fazenda de Sua Majestade, e sendo conveniente ao serviço do mesmo Senhor que deles se tome conhecimento com a mais exata informação para que não fique sem castigo à República que nelas tem recebido o maior escândalo e satisfação às partes ofendidas nesta calamidade, resolvi, com assistência e parecer dos Ministros da Mesa do Desembargo do Paço cometer à vossa mercê esta diligência para execução da qual passará vossa mercê logo à Ilha de Santa Catarina e, nela e nas mais partes circunvizinhas a que entender ser necessário

chegar, procederá a uma ou mais devassas, formando os autos e interrogatórios que julgar precisos para maior clareza e averiguação dos fatos referidos, procedendo a prisão contra os culpados (ainda antes da culpa formada segundo a exigência do caso o pedir, regulando-se porém pelas regras que as Leis de direito prescrevem nesta matéria) e lhe fará sequestro em quaisquer bens que lhe forem achados, dando-me de tudo conta para ultimamente lhe determinar o mais que houver por bem do serviço de Sua Majestade.

Os interrogatórios promovidos durante a “Devassa” se orientariam por uma chave de questionamentos composta de quinze perguntas dirigidas às testemunhas. A maior parte delas se referia às atuações do governador Elói Madureira, do coronel Tomás Luís Osório e dos comandados dos mesmos. Havia também referência a indevidas relações entabuladas com os adversários espanhóis. As averiguações direcionavam-se ainda a apurar os acontecimentos desencadeados no Rio Grande a partir da chegada dos soldados evadidos de Santa Teresa, quando a confusão reinante se intensificou e foram cometidos os mais variados atentados. As maiores preocupações da investigação criminal davam-se em relação aos delitos cometidos contra a igreja, as posses da coroa e a propriedade privada.

Levando em conta tais quesitos, as testemunhas eram submetidas a questões específicas, três delas referentes aos desmandos que teriam sido cometidos contra a igreja, às propriedades reais e aos moradores, exatamente os objetos de estudo neste ensaio. Uma delas buscava descobrir se, depois da derrota em Santa Teresa e da chegada dessa notícia à vila do Rio Grande, que já

estava em confusão, os soldados que escaparam ou outra alguma pessoa cometeram roubos na povoação, especialmente no templo tirando dele as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alaias dedicadas a Deus e aos seus santos e, no caso positivo, quem seriam as pessoas e que uso teriam feito de tais coisas. Perguntava-se também se aqueles mesmos indivíduos tiveram igual prática em relação aos efeitos pertencentes à Sua Majestade, entrando violentamente nos armazéns reais, arrombando suas portas ou tomando as chaves por força das mãos dos oficiais a cujo cargo estavam, não manifestando respeito, bem como se eles haviam se aproveitado de alguns gados ou cavalarias pertencentes à real fazenda sem ordem legítima de quem lhe podia dar e quantos teriam sido. Na mesma linha, questionava-se se os mesmos roubos foram cometidos nas fazendas e propriedades de algum dos moradores e homens de negócio da vila e, além disso, se outras injúrias ou desacatos haviam sido cometidos, matando-os, ferindo-os ou espancando-os, forçando as mulheres e tirando-as a seus maridos, pais, mães, ou pessoas debaixo de cuja guarda ou tutela estivessem⁶¹.

Eram estas as quinze questões que marcavam os “Interrogatórios”⁶²:

I – Se o governador que foi do Rio Grande Inácio Elói de Madureira teve a conduta que devia ter na defesa daquela vila, fazendo as disposições necessárias para rebater os inimigos no caso que fosse atacado por eles.

⁶¹ DEVASSA. p. 6.

⁶² DEVASSA. p. 5-7.

II – Se observou as ordens e instruções juntas por cópia que lhe foram mandadas pelo Governo Geral do Rio de Janeiro em que se lhe ordenava o que devia obrar no caso de acometimento dos mesmos inimigos e que razão teve para deixar de as executar e se teve tempo para o fazer.

III – Se depois da retirada que fez do Rio Grande, passando-se para a parte do Norte, se postou nela para defender aos inimigos a passagem do mesmo rio, para onde se retirou, que gente levava e que razão teve para não defender aquela passagem e se lhe era fácil defendê-la.

IV – Se fez retirar todas as embarcações que havia no rio e os víveres, munições e armamentos de que estava provida a praça para que de uma e outra coisa não se aproveitassem os inimigos, tendo mais pronta passagem e melhor subsistência

V – Se o coronel de dragões daquele partido executou também as ordens que lhe foram dirigidas pelo mesmo Governo Central e que causa teve para o contrário.

VI – Se tendo por melhor esperar os inimigos no sítio de Castilhos, onde se havia fortificado, fez a defesa que devia para os não deixar passar ou que causa teve para se lhe entregar sem nenhuma resistência, com a maior parte dos oficiais e gente que consigo tinha, quanta era a dita gente e se toda se passou aos inimigos ou qual foi o número desta e da que ficou e a que parte se recolheu e em que consistiam as forças dos inimigos.

VII – Se os oficiais e soldados foram culpados nesta desordem por repugnarem pelejar ou desobedecerem ao dito coronel no que lhe ordenava a este respeito, de sorte que por esta causa ou por falta que tivesse de víveres e munições fosse obrigado a entregar-se. Quem foram os ditos oficiais e soldados e as ocasiões em que o fizeram ou em que consistiram as ditas faltas.

VIII – Se o dito coronel obedecia às ordens do governador e nas matérias do serviço com ele conservava boa inteligência e lhe dava os avisos necessários dos movimentos dos inimigos e das disposições que ele determinava fazer a tempo que o dito

governador pudesse tomar as medidas que julgasse mais próprias da ocasião ou se por falta dos mesmos avisos sucedeu fazer a sua retirada tão precipitadamente.

IX - Se os socorros que se mandaram de algumas partes deste continente ao Rio Grande deixaram de chegar a tempo que pudessem rebater a invasão dos inimigos por culpa ou falta de diligência dos oficiais que os comandavam e se podendo ao menos defender a barreira da parte do Norte o não fizeram ou se algum deles repugnaram obedecer às ordens que tiveram para acudir a mesma barreira e por que e para onde se retiraram e se com a sua retirada causaram algumas desordens.

X - Se depois da derrota de Castilhos e estar com esta notícia a Vila do Rio Grande em confusão os soldados que daquela escaparam ou outra alguma pessoa cometeram roubos na dita Vila especialmente nos templos tirando deles as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alfaías dedicadas a Deus e aos seus santos, quem foram as ditas pessoas e que uso fizeram das ditas coisas.

XI - Se praticaram o mesmo nos efeitos pertencentes à Sua Majestade, entrando nos armazéns reais violentamente lhe arrombando as portas ou tomando as chaves for força das mãos dos oficiais a cujo cargo estavam lhe perdendo o respeito e se também se aproveitaram de alguns gados ou cavalarias pertencentes à Real Fazenda sem ordem legítima de quem lhe podia dar e quantos foram.

XII - Se os mesmos roubos cometeram finalmente nas fazendas e efeitos de algum dos moradores e homens de negócio da dita vila e além disso lhe fizeram outras algumas injúrias ou desacatos, matando-os, ferindo-os ou espancando-os, forçando as mulheres e tirando-as a seus maridos, pais, mães, ou pessoas debaixo de cuja guarda ou tutela estivessem.

XIII - Se nas estradas que se fizeram nas terras dos inimigos os oficiais comandantes delas obraram o que deviam ou se deixaram de hostilizar e aprisionar alguns deles por interesse ou outras coisas.

XIV – Se das presas que se fizeram nas ditas entradas se arrecadou fielmente o que pertencia à Real Fazenda ou se por esta ou por outra alguma forma qualquer que ela fosse, houve descaminho na mesma Real Fazenda, em que consistiram as ditas presas e quantas foram as ocasiões em que se fizeram.

XV – Se alguma pessoa de qualquer qualidade, estado ou condição que fosse teve trato com os inimigos, direta ou indiretamente, por palavras ou por escrito, dando-lhe aviso das forças deste continente ou Estado e das disposições que se fazia para os rebater ou atacar ou por outra alguma forma tinha com eles ilícita correspondência e era suspeito de traição.

Os testemunhos da “Devassa” revelavam o grave contexto no Rio Grande em abril de 1763, caracterizado por tumultos, agitação e violência generalizada. Comentava-se que a vila ficara em tal confusão e desordem, que todos os moradores cuidavam somente em salvar-se, ficando desamparadas suas casas e fazendas. Nesse quadro, tanto soldados como paisanos e negros pegavam o que achavam pelas casas e quebravam o que dentro delas encontravam, causando outros muitos desconcertos com o pretexto de que os inimigos não viessem a se aproveitar de qualquer coisa que porventura lhes ficasse à disposição. Relatava-se ainda que muitos dos soldados vindos de Santa Teresa causaram também grandes desordens, por se embebedarem com muito vinho e aguardente que havia nos armazéns e tavernas, cujas pipas se achavam quebradas, além do que arrombavam portas, quebravam mesas, cadeiras e outros trastes semelhantes. Destacava-se também que eles se puseram sem obediência a pessoa alguma, dando tiros buscando acertar todos que passavam em embarcações e cobravam coisas inauditas. Apontava-se que esses mesmos soldados saquearam a

vila como se fossem inimigos, entrando na igreja, nos armazéns reais, nas casas e lojas dos moradores e tirando delas o que quisessem, quebrando e deixando a perder várias coisas⁶³.

Dentre o conjunto de depoimentos expressos na “Devassa”, são citadas a seguir as dez primeiras testemunhas, especificamente no que se refere ao interrogatório acerca das desordens promovidas junto à igreja matriz, às posses reais e aos moradores⁶⁴:

Tt^a. 1^a.

Francisco Barreto Pereira Pinto, Tenente Coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande e Governador de todo este continente, morador nesta Fortaleza do Rio Pardo, 55 para 56 anos

X – disse que sabe por ser público que depois que o Governador passou para a Banda do Norte, ficou em tal confusão e desordem a Vila, que todas as pessoas moradoras dela somente cuidavam em salvar-se, desamparando as suas casas e fazenda e nesta confusão tano soldados como paisanos e negros pegavam no que achavam pelas casas e quebravam o que dentro delas achavam e causaram outros muitos desconcertos com o pretexto de se não aproveitarem os inimigos e muitas coisas chegavam a dar os próprios donos delas, tanto assim que, chegando a este posto dois soldados, com uma carga de fazendas, ele testemunha supôs serem furtadas, mandando-os prender e inventariar as ditas fazendas pelo Comissário de Mostras, requerendo-lhe os ditos soldados que aquelas fazendas lhes haviam dado e que assim o queriam mostrar em Viamão onde tinham suas testemunhas, lhe dera liberdade debaixo de fiança para fazerem a dita justificação que com efeito fizeram e em virtude dela lhe apresentaram

⁶³ DEVASSA. p. 15, 32, 97, 119-120 e 165.

⁶⁴ DEVASSA. p. 12-55.

ordem do Governador para lhe entregar a dita fazenda. E que só ouvira dizer a respeito dos furtos da igreja que da banda do Norte ou em Viamão apareceram um cálice ou vaso sagrado, porém não pode afirmar coisa certa nesta matéria mais não disse deste

XI - -----

XII - -----

Tt^a. 2^a.

Doutor Manoel da Costa de Moraes Barbarrica, Provedor da Fazenda Real do Continente do Rio Grande e ora assistente nesta Povoação do Rio Pardo, 66 anos, pouco mais ou menos

X - disse que sabe por ser público e notório que da igreja da Vila do Rio Grande se furtara tudo o que havia de valor ao tempo da entra dos inimigos e ainda os vãos sagrados e a âmbula dos santos óleos de que ouvira dizer que se fizeram deles usos profanos, mas que não sabe quem fizera os ditos roubos e desacatos e que só ouvira dizer a um Manoel da Costa de Carvalho, que se passou para a Ilha de Santa Catarina, aonde lhe consta que atualmente assiste que o Padre Frei Valério do Sacramento (...) repartira alguns dos ornamentos ou quartinados da dita igreja em cortes de chinelas e sapatos de mulheres a quem os dera e mais não disse deste.

XI - disse que na entrada dos inimigos, depois de tudo estar posto em desordem e sem obediência, foram alguns soldados a que não sabe os nomes, nem conhece, tumultuosamente a presença dele testemunha requerer que lhe mandasse dar camisas, pano de linho e o mais que se achava nos armazéns, pr ser melhor que eles se aproveitassem destes gêneros que os inimigos e que respondendo-lhes, ele testemunha, que não podia mandar dar o que pediam, fossem ter com o tesoureiro, a quem aquelas coisas estavam entregues, protestando aos ditos soldados que de nenhuma forma bulissem nas portas dos referidos armazéns e com efeito até o tempo que ele

testemunha esteve na dita Vila, neles não entrou pessoa alguma mais que o dito tesoureiro, que tinha entradas por dentro e deles podia tirar o que quisesse, como se persuade tirou excepcionalmente algumas linhagens de que fez uma grande barraca no seu sítio que tem da banda do Norte, na qual acomodava cinco famílias, que levava em sua companhia, deixando a ele testemunha dormir debaixo de um carro a todo o rigor do tempo e assim mais tirou algumas catanas de granadeiros, freios e outros arreios que distribuiu e com que armou os seus capatazes e gente que com ele vinham e depois dele testemunha se passar para a banda do Norte, em seguimento do Governador, é que teve notícias que alguns soldados a que também não sabe os nomes, meteram machados às portas dos ditos armazéns e acabaram de tirar o que neles ainda havia e mais não disse deste.

XII - disse que sabe também por ser público que na referida ocasião, os soldados que vieram de Castilhos, antecipadamente à entrada dos inimigos na dita Vila, roubaram tudo o que acharam dos moradores, saqueando a mesma Vila, como poderiam fazer os mesmos inimigos, passando tudo da outra banda com os cavalos de El Rei e de particulares que puderam apanhar, que passavam de muito mais de mil, porém também não sabe os nomes a nenhum dos ditos soldados e mais não disse deste.

Tta. 3ª.

Manoel Pereira Roriz, Tenente de Dragões da Companhia do Regimento do Rio Grande, 62 anos pouco mais ou menos

X - disse que sabe por ouvir dizer sem se lembrar de pessoa certa que depois que chegaram os soldados que fugiram de Castilhos, se pôr a Vila em confusão em que se viu se cometeram vários desacatos na igreja da mesma Vila, roubando-se a âmbula do sacrário e o rosário de ouro das mãos de Nossa Senhora, porém, que não sabe quem cometera os ditos desacatos, antes ouvira dizer ao Vigário de Viamão, o Padre José Carlos da Silva, que era falso haver-se roubado a

dita âmbula, sendo público que ele fora o que primeiro publicara o contrário, como ele testemunha lhe ouviu na estação da missa e outrossim disse que também ele testemunha vira já da parte do Norte um frontal ou vestimenta lançada na praia, já principiada a desmanchar-se e se disse que dali se tinha já tirado alguma seda de que se haviam feito obras para usos profanos o que também publicou na mesma estação o referido Padre José Carlos e declarou mais que tendo mandado do Rio de Janeiro José Fernandes Pinto Alpoim uma imagem do Senhor dos Passos para a dita Vila e estando ainda em um caixão, o passara para a parte do Norte, quem quer que fosse e foi público que do mesmo caixão tirar a cabeça veneranda da mesma imagem e segundo lembrança dele testemunha, também a túnica um filho e a mulher do capataz chamado Antônio Gomes que o levava consigo para Laguna e depois se disse que o mesmo Antônio Gomes ou a sua gente a entregara a um Padre para as partes de Araçatuba e achando ele testemunha a coroa de espinhos e corda da mesma imagem lançadas na praia, as levantara e guardara com a maior decência que pode do que tendo notícia o Padre Francisco de Lima Pinto lhe dissera lhe havia de mandar também os braços e pés da mesma imagem que em seu poder tinha para também guardar como com efeito mandou ele testemunha os recebeu e tem em seu poder de que tudo logo dera parte ao Vigário da Vara o dito Padre José Carlos da Silva, e mais não disse deste.

XI – disse que sabe também pelo ouvir dizer que o Tesoureiro da Fazenda Real se queixara de que alguns soldados lhe foram pedir fardamento do que se achava nos armazéns de El Rei com o pretexto de se quererem eles aproveitar antes que os inimigos e que por lhes não querer dar lhe quisessem tirar as chaves dos ditos armazéns ou com efeito lhes chegaram a tirar no que ele testemunha não está bem certo e que também sabe por ser público que a gente que viera fugitiva de Castilhos trouxera grande parte da cavallhada de El Rei que ali se achava a qual, querendo passar para a banda do Norte o não puderam conseguir de toda por estar o vento contrário, mas sempre

passaram bastante cavalos de que ele testemunha não sabe o que deles fizeram nem individualmente as pessoas que cometeram as coisas que acima tem referido e mais não disse deste.

XII – disse que sabe por ser público que na mesma ocasião se fizeram vários roubos aos homens de negócio da dita Vila, lendo-lhes fazendas de preso que tinham das suas lojas, especialmente a um Manoel Carvalho e *fulano* Portela, que dizem se acham hoje no Rio de Janeiro, a um *fulano* Serão que não sabe para onde se passou e a outros e que com a mesma publicidade se dizia que muitos destes furtos, especialmente o de Manoel Carvalho, cometera o cabo de esquadra de Dragões Claudio, que viera da Colônia e lhe não lembra o sobrenome, com alguns soldados que não sabe quantos nem como se chamavam e mais não disse deste.

Tta. 4ª.

Tenente Nogueira Beja da Companhia do Capitão Pedro Pereira Chaves do Regimento de Dragões do Rio Grande, 55 anos pouco mais ou menos.

X - -----

XI – disse que sabe pelo ouvir dizer vulgarmente que alguns soldados entraram violentamente nos Armazéns Reais que havia no Rio Grande, porém não sabe quantos nem quem eles fossem, nem o que deles tiraram e pelo que respeita ao gado e cavalladas pertencentes à Sua Majestade ouviu dizer que o que se achava da banda da Vila se pretendia passar para a outra banda e que com efeito ainda passaram alguns em pequeno número e que o grosso estando já no Rio para passar e ventar um Nordeste rijo o não puderam fazer e sobrevindo neste tempo os inimigos impediram a dita passagem e se fizeram senhores dele e pelo que tocava ao gado e cavalaria que se achava na parte do Norte, a gente que fugia pegou cada um no que pode, sem consideração a ser de El Rei ou de particulares para deles se valer na sua retirada, ainda tirando-

os uns aos outros que já haviam pegado antes e mais não disse deste.

XII – disse que também ouvira dizer aos mesmos soldados que vieram de Castilhos que os mercadores da dita Vila do Rio Grande haviam desemparado as suas loja, deixando nelas os restos que não puderam conduzir, especialmente pipas de vinho e aguardente, que os negros arrombavam e também bastante açúcar e fumo e que também lhe disseram que um mercador chamado Luiz Antônio e outro tanto na dita Vila, como ainda da banda do Norte, repartira algum pano de linho e de cor e outras fazendas, que não podia conduzir por alguns dos ditos soldados, dizendo que se os castelhanos a haviam de levar, antes queriam que eles se aproveitassem dela e que não se lembra, declaradamente, os nomes dos ditos soldados a quem isto ouviu e mais não disse deste.

Tta. 5ª.

João Barbosa da Silva, Alferes de Dragões da Companhia do Tenente Coronel Assistente de Guarnição na Tronqueira de Jacuí, 58 anos pouco mais ou menos

X – disse que sabe também pelo ver que alguns dos ditos soldados que escaparam da Fortaleza de Castilhos, achando já a Vila em confusão, causaram na mesma grandes desordens por se embebedarem com muito vinho e aguardente que havia nos armazéns e tavernas da mesma Vila de que muitas pipas se achavam quebradas e que alguns dos ditos soldados que ele testemunha não conhece, sem dúvida, entraram na igreja de onde os viu sair já a cavalo, com as opas da confraria do santíssimo vestidas e também ouviu dizer vulgarmente que do sacrário se havia tirado uma âmbula e um cálice e mais não disse deste.

XI – disse que também é público que os mesmos soldados arrombaram os Armazéns Reais e fizeram algumas violências ao Tesoureiro deles, porém, ele testemunha não sabe o que tiraram dos ditos Armazéns, nem quem foram os referidos soldados e mais não disse deste.

XII – disse que também sabe pelo ouvir dizer com a mesma publicidade que os mesmos soldados roubaram das casas de alguns dos moradores várias fazendas, peças de ouro e prata e ainda algum dinheiro, porém também não sabe individualmente quais foram os que fizeram os ditos roubos e mais não disse deste.

Tt^a. 6^a.

Domingos de Moraes Navarro, Capataz das Cavalhadas de Sua Majestade, morador neste Rio Pardo, 38 anos pouco mais ou menos

X – disse que na confusão em que se achava o Rio Grande quando ele testemunha chegou e no tempo que ali esteve, é certo se cometeram várias desordens, porém, ele testemunha, pelo que respeita a furto de templos não viu outra coisa mais que o soldado por nome Rodrigo a que não sabe o sobrenome, andava montada a cavalo com uma opa encarnada da Confraria do Santíssimo, de lã fina ou seda com a vara de prata que costuma usar o Provedor da mesma Confraria, correndo a cavalo pelas ruas, porém, não sabe onde houve estas coisas, nem o que depois lhe fez; e posto que também ouviu dizer que se haviam furtado alguns ornamentos e âmbula do sacrário e que esta a trazia consigo outro soldado Dragão, chamado José Botelho, contudo esta notícia a tem ele testemunha, por falsa porquanto falando a pouco tempo com o Vigário que foi da mesma Vila do Rio Grande sobre esta matéria lhe dissera que ele havia trazido consigo a mesma âmbula e ornamentos ricos da igreja, os quais lhe mostraria se ele testemunha os quisesse ver. E que também ouvira dizer que um casal a que não sabe o nome trouxera para esta parte do Norte o rosário de ouro que se achava nas mãos de Nossa Senhora, porém que este o fora entregar ao Padre José Calos, Vigário de Viamão, dizendo-lhe o trouxera para não ficar em poder dos castelhanos, porém não se lembra a que pessoas ouviu falar nesta matéria e mais não disse deste.

XI – disse que sabe também por ser público e notório que na referida ocasião entraram nos Armazéns Reais alguns soldados e deles tiraram o que lhes pareceu e que o Tesoureiro da Fazenda Real se lhe queixara de que os cabeças foram um cabo de esquadra e um soldado de Dragões, o primeiro chamado Francisco Soares, que se acha na Barranca e o segundo de alcunha o Casquinha, que lhe consta que da mesma desertou a pouco tempo e foram os cabeças que o empurraram da porta e arrombaram, entrando os primeiros e atrás destes outros a que não sabe o nome e só também lhe ouviu dizer que outro soldado aventureiro, índio de nação bororo, que ele testemunha entende ser um chamado Apolinário, porque lhe não consta haja outro, metera a espingarda à cara, dizendo que lhe pusesse na boca daquela arma tantas camisas, meias, chapéus e outras coisas de que se não lembra, se não o matava e que ele não tivera outro remédio mais que dar-lhe o que ele lhe pedia, e que este dito soldado se acha também na Barranca e pelo que toca aos cavalos e bestas muares pertencentes à Sua Majestade, já depôs que tanto dos que ele testemunha pode passar para a banda do Norte, como dos que havia nas estâncias de São Simão e Mostardas, tanto paisanos como soldados, se aproveitaram deles cada um segundo mais podia e mais não disse deste.

XII – disse que de roubos de particulares só ouviu dizer publicamente que a um *fulano* Portela que se diz ser hoje assistente no Rio de Janeiro, se fizera um furto considerável, porém, ele testemunha não sabe que pessoas, ainda que ouviu dizer, que o mesmo Portela sabia quem elas eram, e, em outra ocasião, passando ele testemunha pela porta de um armazém que, segundo sua lembrança era de um Antônio José de Moura, ou Manoel Jorge viu estar dois soldados, um por nome Félix a que não sabe o sobrenome, e outro que também ignora como se chama, porém, é irmão de uma mameluca chamada Romana, moradora que foi no Rio Grande, um deles com uma pistola sobre o mostrador, dizendo para o dono da loja lhe

desse fazenda de um fardo que ali estava por que se os castelhanos a haviam de levar, se queriam eles antes aproveitar dela o que ouvindo ele testemunha correu com os ditos soldados para fora da casa, sem que levassem coisa alguma e em outra ocasião vendo ele testemunha passar a João Duarte Serrão com o soldados aventureiro Manoel Leite e o cabo de esquadra de Dragões Claudio Antônio e logo ajuntar-se um grande ajuntamento de gente à sua porta chegara ali também e perguntara o que aquilo era, respondeu o dito Serrão que ele queria repartir por aqueles camaradas a fazenda que ali tinha para que eles a levassem antes que os castelhanos e perguntando-lhe ele testemunha se ele estava doido pois os castelhanos ainda se não achavam na Vila, e que ainda se podia passar a sua fazenda para a outra banda, lhe respondera que sempre a vinha a perder porquanto dali não tinha modo de a conduzir para diante e tornando ele testemunha a perguntar-lhe se não tinha ao menos algum fardo mais precioso, lhe disse que só queria lhe reservassem aquele baú que mostrava o qual com efeito lhe foram embarcar o dito Manoel Leite com o referido cabo Claudio Antônio, pegando cada um por sua argola, depois do que se retirou ele testemunha e se fez à Repartição da Fazenda, pegando toda a pessoa que ali chegou cada um no que pode apanhar e a ele testemunha lhe deu depois o dito Manoel Leite nove côvados de pano alvadio grosso de que fez um capote e ultimamente também ouviu dizer com publicidade que ainda da parte do Norte, se cometeram vários roubos , especialmente a um Apolinário Antônio, a quem de dentro de um baú, tiraram quarenta doblas e, a princípio, se disse que quem fizera este furto fora João Nunes Viegas, soldado Dragão assistente na Aldeia, porém, depois ouviu dizer ao soldado Pedro de Almeida que o mesmo furto fizera um José Soares, paisano assistente, hoje na Barranca, com outro de quem lhe não disse o nome, mas somente que se achara na Aldeia e que também ouviu dizer a um ilhéu que se acha hoje na Barranca a quem não sabe o nome que, mandando, o Capitão Antônio

Pinto Carneiro a dois Dragões, um chamado Luiz de Brito que se achava na Barranca e outro Joaquim Manoel que assiste neste Rio Pardo, explorar se os inimigos tinham já passado para a parte do Norte, encontrando-se com um nosso que também não sabe como se chama, mas que assiste na Barranca, o qual razia em sua companhia uma nossa ilha com quem estava contratado para casar, os ditos dois soldados, perto da estância de Bojuru, amarraram o dito homem e depois de terem usado da mulher como quiseram, lhe tiraram algumas peças de ouro que levava e mais não disse deste.

Tt^a. 7^a.

Inácio Soares que vive das suas lavouras e estância no sítio de Botucaraí e nela morador, de 45 anos pouco mais ou menos

X – disse que sabe por ser público que com a notícia da entrega de Castilhos e a chegada dos soldados que dali vieram, houve a maior confusão e desordem na Vila do Rio Grande e que da igreja da mesma Vila se tiraram coroas e resplendores que estavam nas imagens, como também que o pálio se partira em duas metades, o que obrara o cabo de esquadra de Dragões Claudio Gonçalves, que a ele testemunha lhe disseram que depois dele Desembargador vir em caminho para esta Fortaleza desertara da Barranca, donde se achava com outros companheiros como também viu ao soldado Félix, Dragão cujo sobrenome não sabe com uma opa da Irmandade do Santíssimo Sacramento vestida que lhe não lembra se era de seda ou de lã e não sabe donde a houve e ultimamente lhe disse o Padre Cruz a quem não sabe outro nome que assistia no Rio Grande que chegou a tanto a insolência com que se profanou a igreja que ele achara o santo lenho em poder de um negro metido em um tacho de sebo e lhe mostrou a ele testemunha pendurado ao peito donde o levava, dizendo-lhe fazia conta de o entregar no Rio de Janeiro, para onde se passava e mais não disse deste.

XI – disse que sabe também por ser público que alguns dos ditos soldados que vieram de Castilhos entraram por força nos

Armazéns de El Rei, descompondo o Tesoureiro de ladrão e de outros nomes injuriosos, dizendo-lhe que pusesse para ali pano de linho e outras coisas e aproveitando-se finalmente de tudo o que havia nos ditos Armazéns e, pelo que respeita à cavalaria que ainda pode passar para esta banda do Norte, sabe pelo ver que dela se aproveitaram também os soldados violentamente, conforme podiam não só tomando os que lhe eram necessários para si, senão ainda para os venderem, cortando-lhe para isso a outra orelha, porém, ele testemunha, naquela confusão, não fez apreensão quem foram os ditos soldados e mais não disse deste.

XII – disse que sabe pelo presenciar que na dita Vila fizeram os mesmos soldados e ainda alguns paisanos vários roubos de fazendas das lojas dos mercadores, ele testemunha, quando passou vindo de Castilhos, no dia vinte e três do referido mês de abril, viu arrombar várias lojas e delas tirar panos, baetas e o mais que nelas havia, porém não fez apreensão das pessoas que isto obravam e sabe também pela mesma razão que ainda da parte do Norte os mesmos soldados, especialmente cometeram semelhantes roubos, arrombando baús e fardos de fazendas que seus donos tinham passado para aquela parte, porém, também não conheceu nenhuma individualidade e só viu que um chamado de alcunha o Portoló, que tem ouvido dizer que se acha preso nesta Fortaleza, chegara a tirar um chapéu de galão da cabeça do Capitão-mor o qual ouvi dizer que logo o vendera a outro e mais não disse deste.

Tt^a. 8^a.

João de Souza Rocha, Tesoureiro da Fazenda Real do Rio Grande e todo o seu partido, de 44 anos, pouco mais ou menos X – disse que sabe por ser público que alguns soldados que escaparam de Castilhos, chegando à Vila do Rio Grande, embebedando-se com muito vinho e aguardente, que havia pelos armazéns, alguns dos quais se achavam já desemparrados, entraram na igreja da mesma Vila e nela cometeram vários desacatos, porém ele testemunha não sabe

com individuação em que consistiam nem quem foram os ditos soldados e mais não disse deste.

XI – disse que estando ele testemunha em sua casa, ouvira uns estrondos para a parte dos armazéns da Rua Direita, acudira ele testemunha e achara o cabo Francisco Soares com uma machadinha a querer arrombar o dito armazém, em companhia do qual se achava o soldado Francisco Paes, de alcunha o Casquinha e outros, alguns a quem não sabe os nomes pela confusão em que o puseram, e querendo ele testemunha defender o dito armazém, o cercaram no meio e o dito Francisco Soares, pegando a ele testemunha pelos peitos e empurrando-o o Casquinha o obrigaram a abrir-lhe o dito armazém, sem ser possível capacitá-los a que se aquietassem e entrando de borboto pelo mesmo armazém, dentro não só os referidos mas outros mais, entre os quais conheceu também ao soldado Marcelino dos Santos Lisboa, tiraram dos ditos armazéns tudo o que eles quizeram, como foram chapéus, meias e outras coisas, e que já de antes tinham ido os mesmos soldados tumultuosamente pedir fardamento ao Provedor, que para se livrar deles, os mandou para ele testemunha, como também o foram pedir ao Governador, estando já da banda do Norte, obrigando-o a que fizesse o escrito de que já acima fez menção em que ordenava a ele testemunha entregasse ao Alferes João Barbosa os panos de linho e o mais que houvesse para aquela tropa, cujo escrito lhe apresentou um soldado que veio em uma canoa, em companhia de mais três, a nenhum dos quais sabe os nomes, e dizendo ele testemunha que entrassem nos armazéns e que vissem que neles não havia o que lhe pediam, nem o que se lhe mandava dar no dito escrito, descompuseram a ele testemunha, chamando-lhe de ladrão e outros nomes injuriosos e, passando-se outra vez para a banda do Norte lhe consta pelo ouvir dizer trataram também o dito Governador de nomes indecorosos e até de traidor, dizendo que os havia enganado que dos nomes dos ditos soldados, poderá depor o Alferes Domingos de Lima Veiga, que foi o que escreveu o dito escrito

para assinar o Governador. E disse, outrossim, que um soldado índio de nação que não sabe se é aventureiro, se Dragão, nem verdadeiramente onde se acha, levantara o cão da sua espingarda para ele testemunha e lhe dissera que na boca daquela arma lhe pusesse seis camisas, quatro chapéus e outros tantos pares de mais, se não que ali o acabava e não podendo ele testemunha aquietado com boas razões o obrigou a que lhe fosse buscar alguns chapéus e mais que ainda havia com o que se acomodou, dizendo-lhe que o não matava porque sempre se houvera com bom termo com as tropas e declarou mais que indo ele testemunha acudir a outros armazéns que eram três desprezos em várias partes os achou já a todos arrombados e que deles haviam tirado o que quiseram, porém não sabe que pessoas os arrombaram e mais não disse deste.

XII – disse que sabe também por ser público que os mesmos soldados da dita Vila cometeram vários roubos nas lojas dos mercadores, digo nas lojas dos homens de negócio, especialmente a João Duarte Serrão e Manoel da Costa Portela e outros que se chamava por alcunha o Catraio, que todos, lhe consta, se acham hoje no Rio de Janeiro, porém, depois ouviu dizer ao soldado aventureiro Manoel Leite e ao cabo de Dragões Claudio Antônio e o soldado chamado o Bessa que eles haviam pedido a dita fazenda ao referido Serrão, pela não puder transportar e que este voluntariamente lhes dera, porém ao mesmo Serrão, ouviu ele testemunha depois dizer que dera a dera constrangidamente e que nem ele a podia dar por não ser sua, mas de alguns homens de negócio do Rio de Janeiro, a quem a devia e que também ouviu dizer que em todos ou em alguns destes furtos foram cúmplices, além dos referidos, um soldado chamado o Canha, irmão do dito cabo de esquadra Claudio e Francisco da Costa Novaes Bexiga, e disse outrossim que sabe também pelo ouvir dizer com a mesma publicidade que da parte do Norte se cometeram vários furtos nas fazendas que para ali se passaram, porém não sabe nada com individuação nesta matéria, se não ouvir queixar a Apolinário

Antônio de Almeida, que de um baú que lhe arrombaram, lhe haviam tirado quarenta e tantas doblas e algumas peças de ouro, afirmando que o cabo de esquadra de Dragões João Nunes Viegas, o qual é infamado de haver cometido outros furtos na Praça da Colônia, lhe havia feito o dito roubo e que também ouvira dizer a um Luiz Antônio, por alcunha o Cismático, que um soldado de frente da sua porta, entrara em uma casa onde se achava uma moça donzela a qual forçara e estando a mãe gritando na rua à voz de El Rei, saíra o dito soldado com uma catana lhe dera uma grande cutilada e tornando para dentro da mesma casa, querendo o dito Luiz Antônio acudir a moça, não pudera levar a porta, porém nem lhe disse quem era o dito soldado, nem se o conheceu, nem como se chamavam as mulheres e o dito Luiz Antônio foi para o Rio de Janeiro, mas com ânimo de voltar a continuar seu negócio nas partes de Viamão e declarou mais ele testemunha que, tendo na sua fazenda da parte do Norte oitenta e tanto cavalos mansos e trinta e seis juntas de bois, lhe deixaram dos primeiros onze por inúteis e dos outros dez juntas, levando-lhe os mais aqueles que primeiro chegaram, especialmente os soldados, como praticaram também com a cavallhada de El Rei, que pode passar para a parte do Norte, e que na mesma parte se deixava em poder do capataz Antônio Ferreira e João Antunes de Porciúncula, sendo os principais agressores dos ditos furtos de cavalos os ditos cabos Francisco Soares, Claudio Antônio e João Nunes e os soldados Francisco Paes, Casquinha, Marcelino dos Santos Lisboa, o Canha, o Bexiga e o Bessa, como tudo é público e notório e mais não disse deste.

Tt^a. 9^a.

José Carneiro da Fontoura, Furriel de Dragões da Companhia do Capitão Antônio Pinto da Costa do Regimento de que é Coronel Thomaz Luiz Osório, de 31 anos pouco mais ou menos

X - disse que também sabe pela mesma razão de ouvir dizer publicamente que os soldados que escaparão da Fortaleza de

Castilhos logo que chegaram à Vila com a notícia de se haver entregue aos inimigos, puseram a dita Vila em tal confusão e desordem que algumas pessoas entraram nas igrejas e delas tiraram algumas coisas pertencentes ao seu delas e às imagens dos santos como fora um rosário e coroa de Nossa Senhora, porém, não sabe quem foram as ditas pessoas, nem se verdadeiramente foram soldados ou paisanos e mais não disse deste.

XI - disse que sabe também pela mesma razão que da cavallhada pertencente à Sua Majestade que se pode passar para a parte do Norte e da que se achava na mesma, parte entregue ao capataz Antônio Ferreira, se aproveitaram os soldados e paisanos, qual mais podia, com grande desordem, porque alguns não só apanhavam os que careciam, mas também para vender e alugar e dar a quem lhes pareciam, mas que não sabe com individuação quem foram os culpados na referida desordem, mas somente que fora geral e mais não disse deste.

XII - disse que tem ouvido dizer também que a alguns soldados deram fazendas de vários mercadores do Rio Grande, tanto na dita Vila, como já da parte do Norte, pela não puderem conduzir, porém que eles além da que se lhe dera, ainda furtaram mais alguma, como também os ilhéus dos quais vários, passando-se para a mesma parte do Norte, depois de nela apanharem quanto puderam e acharam naquela confusão, se passaram para os castelhanos, porém não sabe os nomes dos ditos ilhéus e soldados que estes furtos cometeram e mais não disse deste.

Tta. 10^a.

Francisco Pinto de Souza, Alferes de Dragão da Companhia de que foi Capitão Antônio José de Figueiroa, ora Assistente de Guarnição nesta Fortaleza do Rio Pardo, de 54 anos pouco mais ou menos

X - disse que também sabe pelo ouvir dizer que, depois da derrota de Castilhos, se pusera a dita Vila do Rio Grande na

maior desordem e confusão, havendo algumas pessoas que cometeram roubos na igreja, porém não sabe quem elas fossem, nem em que consistiram os ditos roubos e que só ouviu dizer que o cabo de esquadra Claudio Antônio trazia consigo o vaso do sacrário e que por ele bebia e mais não disse deste.

XI – disse que sabe por ouvir dizer ao Almoxarife da Fazenda Real João de Souza que na mesma ocasião alguns soldados o forçaram a abrir os Armazéns Reais, dizendo se queriam vestir por se acharem rotos e nus, porém não sabe quem foram os ditos soldados, nem o que tiraram dos mesmos Armazéns e pelo que respeita aos cavalos, é público que tanto soldados como paisanos pegavam nos que achavam, ou fossem de El Rei ou de particulares, para se retirarem conforme cada um podia e mais não disse deste.

XII – disse que também tem ouvido dizer com variedade de alguns dos ditos soldados na referida ocasião tiraram alguma fazenda aos mercadores na mesma Vila e muito mais já da parte do Norte, porém também outros diziam que os mesmos mercadores a davam pela não poderem conduzir e que é certo que a esta Fortaleza se recolheram dois soldados, um chamado Francisco Bessa e outro *fulano* Bexiga, com umas cargas de fazenda, do que tendo notícia o comandante da mesma Fortaleza mandara prender os ditos soldados e tomar conta da mesma fazenda e requerendo eles a não haverem furtado, mas a terem dado a eles, fizeram disto sua justificação em Viamão, a qual viera assinada pelo Governador e mais não disse desta.

No que tange especificamente à igreja matriz de São Pedro, foi explicitado que diversos soldados se embebedaram e entraram no templo, cometendo vários desacatos. Além disso, foram extremamente recorrentes os relatos acerca de furtos de objetos sacros. Dentre os utensílios religiosos roubados apareciam um cálice sagrado, o rosário de ouro das mãos e a coroa da

imagem de Nossa Senhora, variados ornamentos, coroas e resplendores que estavam nas imagens dos santos, o pátio que fora partido em duas metades, o pano da tumba de veludo preto com galão e franja de ouro, uma vara de prata da confraria do Santíssimo ou de Nossa Senhora do Rosário. Um dos relatos dizia que da igreja se furtara tudo o que havia de valor, como os vasos sagrados e a âmbula dos santos óleos, fazendo-se deles usos profanos, caso desse recipiente, utilizado por um soldado para beber água⁶⁵.

No inquérito que averiguava os acontecimentos no Rio Grande, também no que diz respeito ao templo de São Pedro, destacava-se que fora encontrado em pedaços um frontal lançado na praia, do qual também se fizera usos profanos. Citava-se que alguns soldados a cavalo entraram na igreja de onde saíram com as opas da confraria do santíssimo vestidas, sendo, inclusive, detalhado que um desse militares andava montado com uma opa encarnada da confraria do Santíssimo, de lã fina ou seda com a vara de prata que costumava usar o provedor, saindo a correr em sua montaria pelas ruas. Testemunhava-se ainda que chegara a tanto a insolência com que se profanara a igreja que o santo lenho foi achado em poder de um negro, metido em um tacho de sebo e pendurado ao peito do mesmo⁶⁶.

Foi descrito também que o tesoureiro da confraria de Nossa Senhora do Rosário, vinculada à igreja matriz, teve roubado de sua casa um cofre, o qual continha algumas coisas pertencentes a tal entidade,

⁶⁵ DEVASSA. p. 15, 18-19, 22, 32, 39-40, 44, 49, 53, 55, 59, 64, 68, 74, 76, 82, 86, 97, 101, 103, 125, 130, 134, 139, 146, 165 e 173.

⁶⁶ DEVASSA. p. 22-23, 32, 39-40 e 44.

como três mantos de Nossa Senhora, um côvado de seda de matizes e ouro que servia para fazer cortina à porta do sacrário, uma coroa de prata e a vara de prata de juiz, algumas fitas e galões, o livro das quitações das missas e outras miudezas e duas patenas douradas. Outros detalhes que foram narrados na “Devassa” referiam-se: a soldados que tiraram o manto de Nossa Senhora e o pálio da igreja e deles fizeram chinelos ou coletes para mulheres; a terem sido encontrados na caixa de um ilhéu três mantos de Nossa Senhora; a um soldado dragão que, bêbado, se pusera a atirar, fazendo por alvo a porta da igreja; e a soldados embriagados circulando pela vila usando vestes sagradas pertencentes à igreja⁶⁷.

As propriedades da coroa portuguesa também estiveram na mira da sanha e da balbúrdia que tomavam conta da vila. Os armazéns reais constituíram o principal alvo, tendo havido referências aos roubos generalizados que neles aconteceram. A entrada em tais depósitos foi forçada e realizada através do uso da violência, com armas e machados, e deles os invasores levaram tudo o que puderam, como tecidos, roupas, chapéus, farinhas, armas, entre outros. A tal respeito, foram apresentados vários testemunhos como um que descrevia a visão dos armazéns reais abertos e, nas ruas, caixas e pipas arrombadas, armas e outras coisas atiradas e, por tais saques, os soldados culpavam os paisanos e estes diziam que foram os soldados. Foi também descrito um episódio pelo qual, arrombados os depósitos da coroa,

⁶⁷ DEVASSA. p. 65, 74, 76, 82, 86, 134, 138 e 173.

neles entrava toda a casta de pessoa, tirando tudo o que neles se encontrava⁶⁸.

Nem mesmo as autoridades públicas foram poupadas daquela avalanche de insubordinação e insatisfação, mormente no que tange aos responsáveis pelo fisco e pela armazenagem dos próprios estatais, dos quais foi exigida a abertura dos armazéns reais e que fossem franqueados os seus conteúdos. Nesse sentido, foram vítimas dos tumultos e pressionados provedor, almoxarife e tesoureiro da fazenda real e, segundo os testemunhos, tratados com violência, chegando a haver descompostura e xingamentos de ladrão e de outros nomes injuriosos. A exigência dos soldados era que lhes fossem dados os pertences dos depósitos reais, argumentando que era melhor que eles se aproveitassem de tais gêneros, do que deixá-los aos inimigos, ou ainda que precisavam vestir-se, por acharem-se rotos e nus e também argumentando que queriam se refazer do que careciam, por estarem destroçados da marcha e a coroa estar a dever-lhes. As ameaças eram veementes, caso de soldados que colocaram armas junto ao rosto de servidor, sob ameaça de morte, exigindo que lhes dessem roupas e outros utensílios. As cenas descritas chegavam a ser insólitas, caso de um funcionário que, havendo roubo e grande tumulto de gente, mormente casais das ilhas, tentou detê-los, vindo a ser atingido pelo conteúdo de um saco de cal que sobre ele foi

⁶⁸ DEVASSA. p. 26, 32, 40, 44-45, 49-50, 65, 68, 77, 82, 83, 92, 101, 105, 107, 111, 115, 125, 128, 131, 139, 144, 155, 165, 167 e 173.

sacudido, enchendo-lhe o rosto e a roupa de tal substância⁶⁹.

Outra propriedade real atingida pela onda de roubos foram os animais de transporte. Os testemunhos da “Devassa” registravam de modo constante o roubo principalmente de cavalos, mas também de muares. Tais delitos teriam sido praticados tanto por soldados como paisanos, havendo ainda referência aos peões. Esses roubos foram executados principalmente para promover a travessia do canal em direção ao lado norte, e também para promover a venda tais animais. Dessa maneira, descrevia-se que cada um pegava o que podia, sem consideração se os cavalos seriam reinóis ou de particulares, havendo também violência de parte dos ladrões que deixavam indivíduos e famílias inteiras a pé e, portanto, ainda mais ao alcance do inimigo. Muitos dos colonos em fuga tiveram que lançar suas últimas posses para comprar ou alugar alguns dos cavalos que haviam sido roubados pelos soldados⁷⁰.

Os atentados não se direcionaram apenas às posses da coroa, sendo também atacados os particulares que se viram seviciados e privados em suas propriedades e segurança individual. Era descrito na “Devassa” que os soldados que vieram de Santa Teresa roubaram tudo o que acharam dos habitantes, saqueando a vila, antecipando-se à ação dos inimigos. Eles levavam o que estivesse ao seu alcance, usando da

⁶⁹ DEVASSA. p. 19, 23, 32, 44-45, 55 74, 77, 87, 99, 101, 113, 153 e 173.

⁷⁰ DEVASSA. p. 26, 40, 45, 53, 55-56, 59, 65, 74, 77, 83, 87, 99, 101, 105, 107-108, 113, 115, 122, 125, 131, 135, 139, 144, 156 e 165.

violência contra os moradores, mercadores e homens de negócios, recaindo os furtos sobre fazendas, tecidos, baetas, pipas de vinho e aguardente, açúcar, fumo, peças de ouro e prata, algum dinheiro e cavalos e bois os quais eram levados ou inutilizados. Tais delitos se estenderam também ao lado norte do canal para onde fugiam os colonos espavoridos. Além dos próprios soldados, esses crimes foram também imputados a paisanos, peões e negros que, com práticas violentas, não se continham, levando tudo o que pudessem, não importando o que ou de quem fosse. Chegou a haver a possibilidade de certos proprietários, por não poder carregá-las, terem dado algumas de suas posses aos soldados, mas sempre pairava a dúvida se era lícita ou não a origem das mesmas. Fazendas de procedência suspeita também foram encontradas à venda ou nas mãos de indivíduos sem condições para obtê-las em várias localidades sulinas⁷¹.

Os povoadores da vila do Rio Grande que já enfrentavam os dissabores do abandono, dos erros administrativos que os colocaram naquela situação e da invasão inimiga que se avizinhava, deparavam-se também com a tropelia dos militares que deveriam ter servido para a sua defesa e transformaram-se em verdadeiros algozes. Além de terem sido atacados em suas propriedades privadas, os colonos viram sob ameaça suas integridades físicas e mesmo suas existências, tendo em vista a intensidade que a violência

⁷¹ DEVASSA. p. 19, 23, 26, 32, 40-41, 45, 50, 53, 56, 59, 65, 77-78, 83, 87, 93, 95, 100, 101, 105, 108, 111-112, 113, 116, 117, 125, 130, 132, 134, 135, 138, 139, 144, 146, 153, 154, 156, 159, 165, 167 e 173.

atingiu. De acordo com tal perspectiva, a “Devassa” descrevia que muitos soldados, sob os efeitos da embriaguez, faziam vários desatinos como darem tiros para atemorizar. Também era explicitado que, bêbados, aqueles militares, além de darem vários tiros pelas ruas, atropelavam muitas pessoas debaixo dos cavalos e outras feriam e maltratavam com suas catanas. Um outro episódio descrito, informava que os soldados armaram uma bulha em que poderia haver grande ruína por se acharem quase todos com armas de fogo já prontas a dispararem e outros com catanas, os quais tiveram de ser aparteados⁷².

A segurança individual dos habitantes da vila também foi afetada com a hedionda prática de estupros e sequestros de mulheres. Foram vários os testemunhos que traziam à tona a violência contra o segmento feminino da colônia. Num deles, destacava-se que um indivíduo trazia em sua companhia uma ilhoa com quem estava contratado para casar, mas foram interceptados por soldados, que amarraram o homem e depois de terem usado da mulher como quiseram, lhe tiraram algumas peças de ouro que levava. Em outro caso, um soldado entrara em uma casa onde se achava uma moça donzela a qual foi violentada e, como a mãe dela gritava por socorro, foi atingida pelo militar com uma catana, dando-lhe uma grande cutilada e tornando para dentro da casa⁷³.

Ainda no que diz respeito à violência contra a mulher, houve a referência a certos soldados que haviam tirado algumas mulheres a seus pais e mães e as levaram

⁷² DEVASSA. p. 93, 108 e 159.

⁷³ DEVASSA. p. 41e 50.

consigo para onde quiseram. Uma das testemunhas chegou a narrar o pedido de ajuda feito da parte de um ilhéu, o qual queria tirar sua mulher do poder de um soldado. Citava-se também que soldados haviam tirado as mulheres a dois ilhéus e o episódio de um peão que trazia em sua companhia uma moça com quem estava contratado para casar, junto da mãe desta, diante do que um soldado lhe tirou a moça e depois de “usar mal” dela, furtou ao peão umas peças de ouro e uma pistola. Houve ainda o caso de um soldado que, ao encontrar uma moça, pretendeu violentá-la e intentou roubar-lhe uma pele de carneiro a que vulgarmente chamavam de pelego que ela trazia no cavalo⁷⁴.

As explicações para esta carga de violência contra toda e qualquer instituição, pública ou privada, e mesmo contra as pessoas, advém essencialmente do sentimento de pânico e, atrelado a ele, de impunidade que se apoderou dos colonos e, mormente dos soldados. Tais condutas poderiam até mesmo ser consideradas como uma excrescência incomum, ainda mais quando comparadas a outro fenômeno histórico, a Revolta dos Dragões. Nesse sentido, em 1742, o muito recente povoado viu-se sacudido por uma sublevação de seus militares apoiados pelos colonos, os quais mantiveram, entretanto, um caráter até certo ponto ordeiro e moderado, buscando constantemente uma conciliação em relação às autoridades governamentais. Além disso, os rebeldes intentavam deixar evidente que não pretendiam imiscuir-se com as práticas de crimes comuns, tanto que chegavam a manifestar a vontade de que aqueles que desertassem, roubassem, ferissem,

⁷⁴ DEVASSA. p. 87, 93, 150, 159, 167 e 168.

causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, deveriam ser logo punidos e castigados severamente, conforme a lei e a gravidade das suas culpas⁷⁵. Passados vinte anos, a vila se viu entregue a uma crise sem precedentes, onde grassaram em larga escala deserções, roubos, agressões, promoção de badernas, vandalismos e violências de todos os gêneros, rompimento com os deveres e funções sociais e profissionais, entre tantas outras práticas delituosas. Diante disso, a concretização de um medo muito presente no imaginário e nas vivências daqueles homens e mulheres pode ser um fator explicativo para tais condutas.

Medo, pânico, terror, ou mesmo um outro superlativo ainda mais intenso seria necessário para descrever a situação vigente na vila do Rio Grande em abril de 1763. O receio sempre presente do inimigo espanhol, de possibilidade latente, se transformaria numa expressa realidade, mas a debandada geral das forças luso-brasileiras vindas de Santa Teresa atuaria como um fator catalisador do medo que se intensificaria inexoravelmente, uma vez que, não bastando os adversários, até mesmo os aliados passaram a ser mais uma fonte de temor. Os efeitos não poderiam ser outros com a explosão de um verdadeiro espírito de sedição contra todo o tipo de autoridade constituída, de uma súbita violência e de uma inquietude coletiva que permanecera silenciosa e até mesmo subterrânea⁷⁶.

O constante abandono das autoridades metropolitanas somado às contradições, incertezas e

⁷⁵ ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 17.

⁷⁶ DELUMEAU. p. 221.

mesmo à fuga dos administradores locais levariam à sensação de um verdadeiro vazio de poder. Cresceria então o sentimento de insegurança, emanando dele as violências coletivas e a apreensão mal definida suscitada por uma vacância de poder. Desse modo, no vácuo deixado pela anulação da autoridade, viria a alojar-se toda espécie de temores que remetiam a uns tantos inimigos reais ou imaginários. Essa ausência governamental constituía um fenômeno ambíguo, já que deixava livre o caminho para forças que permaneciam comprimidas enquanto a autoridade era sólida, abrindo-se um período de permissividade. Tal fenômeno tende a criar uma vertigem e a atuar como uma ruptura com a continuidade e, logo, com a segurança. Além disso, esse vazio é portador de amanhã incertos, gerando uma ansiedade e um enervamento que podem facilmente conduzir às agitações violentas. À ausência ou negligência dos governantes, no Rio Grande de 1763, somavam-se o medo da fome, da guerra e da miséria⁷⁷, entre outros que se avizinhavam vertiginosamente.

A realidade daquele momento consistia quase que no somatório de todos os medos. Diante de tal quadro, as agruras, as necessidades, as vicissitudes e o abandono generalizado vinham à tona com plena força e o pânico daria vazão às insatisfações de toda natureza. Não era só a presença do inimigo, eram os próprios defensores dos núcleos urbanos e das pessoas que se voltavam contra elas. O convulsionado, confuso e violento ambiente daquela ocasião abriu espaço para os comportamentos tresloucados, as atitudes desabridas e as condutas criminosas. Nada foi poupado, nem mesmo

⁷⁷ DELUMEAU. p. 239, 242, 250, 261 e 270.

as mais sagradas instituições, tão respeitadas até então. A igreja, a fé, a divindade, os santos, as propriedades reais e particulares, as autoridades públicas, o governo, as vidas, a moral pública, os bons costumes, o casamento, tudo sucumbiu diante da pressão e da sanha do terror. Se a convivência lado a lado com o inimigo fazia parte do cotidiano da população sul-rio-grandense desde a sua origem, originando um temor coletivo sempre presente, a invasão de 1763 daria vida a tal fantasma que continuaria a assombrar os moradores sulinos por décadas a fio até a incorporação definitiva daquela porção extremo-meridional da América Portuguesa.

Com a edição da *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas*, a Biblioteca Rio-Grandense, “contando na sua quase secular existência com um ativo de serviços verdadeiramente relevantes à causa da educação popular”, iniciava “a edição de uma série de documentos para a história do Rio Grande do Sul”, a qual continuaria “divulgando outros inéditos sobre o Estado, existentes em diversos arquivos sul-americanos ou europeus e dos quais já obteve cópia”. Dessa maneira, “a tradicional instituição da cidade do Rio Grande” levava a termo “mais um dos pontos de seu programa educacional, aliando outro título de benemerência pública aos muitos que já lhe são consagrados”. Nesse sentido a entidade cumpria muito a contento o seu papel de epicentro cultural, ofertando à comunidade uma obra riquíssima em “detalhes que fornece a respeito da página talvez menos conhecida da consolidação territorial do Estado”⁷⁸.

⁷⁸ DEVASSA. p. 1-2.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO)** de Estudos Globais da **Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-147-7